

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 – Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura – Destina-se esta reunião a homenagear o Partido Popular Socialista – PPS – pelos 25 anos de sua criação
- 1.3 – Reuniões de Comissões

### 2 – ORDENS DO DIA

- 2.1 – Plenário
- 2.2 – Comissões

### 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 – Comissões

### 4 – CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### 5 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 – ERRATAS



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 11/10/2017

### Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento – Falta de Quórum – Ordem do Dia.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Rogério Correia – André Quintão – Antônio Jorge – Braulio Braz – Carlos Henrique – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Douglas Melo – Duarte Bechir – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Mário Henrique Caixa – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Rogério Correia) – Às 14h2min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

## ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/10/2017

### Presidência do Deputado Antônio Jorge

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior –

Palavras do Sr. Pedro Nogueira Barbosa – Palavras do Sr. Dinis Pinheiro – Exibição de Vídeos – Entrega de Placas – Palavras da Sra. Luzia Ferreira – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados:

Antônio Jorge – Gil Pereira.

### **Abertura**

O presidente (deputado Antônio Jorge) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

### **Ata**

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

### **Destinação da Reunião**

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Partido Popular Socialista – PPS – pelos 25 anos de sua criação.

### **Composição da Mesa**

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Luzia Ferreira, presidente do Diretório Estadual do Partido Popular Socialista – PPS; e os Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, ex-governador do Estado de Minas Gerais e ex-presidente da Assembleia Legislativa; Dinis Pinheiro, ex-presidente desta Casa; Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, prefeito de Mariana, representando os prefeitos presentes; Pedro Nogueira Barbosa, o Pedrão do Depósito, vereador em Belo Horizonte, representando os vereadores presentes; Paulo Elisiário Nunes, presidente de honra do PPS-MG e membro do Diretório Nacional do PPS; Juarez Amorim, diretor da Fundação Astrojildo Pereira; Ubaldo Dutra de Araújo, militante histórico do PPS e diretor da Fundação Astrojildo Pereira; e o deputado Gil Pereira.

### **Registro de Presença**

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença neste ato do Sr. Gelson Leite, presidente do PSB de Belo Horizonte, e da ex-deputada Maria Elvira. Gostaríamos de registrar também recebimento de mensagem que nos foi enviada pelo Exmo. Sr. senador por Minas Gerais, Antonio Anastasia, através da qual S. Exa. cumprimenta o deputado Antônio Jorge pela iniciativa, parabeniza o PPS pelos 25 anos de sua fundação e se congratula com todos aqueles que nos honram com sua presença.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor – Convidamos os presentes para ouvir o Hino Nacional, que será executado pelos Sds. Cota e Alberto, da Banda Bios, Bombeiro Instrumental Orquestra Show.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo do ex-presidente da República, que foi senador pelo PPS, Itamar Franco.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antônio Jorge, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

### Palavras do Presidente

Inicialmente, o ex-presidente e senador pelo PPS, o ex-governador de Minas Itamar Franco encerrou a sua vida pública com mandato pelo nosso partido, e as suas palavras proferidas nesse vídeo, em 2010, mostram o quão atuais já eram as preocupações de um grande estadista, sempre visionário e à frente de seu tempo. Esse vídeo nos motivou e é uma inspiração para todos, dado o momento tão crítico e relevante para a sociedade brasileira e para a política nacional.

Quero, com muita honra, dizer que dirijo esta solenidade e que estou alinhado a pessoas tão expressivas. Vou-me permitir uma breve formalidade de saudar os componentes da Mesa, iniciando pela nossa amiga, presidente estadual do PPS, Luzia, que tão bem representa o nosso ideário e que traz a bagagem de uma expressiva realização e de prestação de serviços à sociedade. Ela, que é pioneira em tantos aspectos, uma mulher na política, por si só já mostra a sua garra, dadas as iniquidades que ainda persistem em toda a vida nacional, especialmente na política, que ainda é muito caracterizada pela presença masculina. Então, Luzia, quero dizer da minha honra em recebê-la. Aliás, a Luzia fala pelo partido, e as homenagens são dirigidas à pessoa da Luzia em função da sua imensa representatividade e não só da legitimidade da presença no cargo de presidente, mas também pela sua história. A história da Luzia, em Minas, é a nossa cara. É muita honra estar aqui com a Luzia.

Da mesma forma, quero saudar meu companheiro de Plenário, do dia a dia, o deputado Gil Pereira, que compõe, de forma tão brilhante e ativa, a nossa minoria de oposição ao governo estadual. Muito obrigado pela presença. Também quero dizer da minha honra de ser alinhado, dentro do governo de Minas, com o vice-governador e depois governador Alberto Pinto Coelho. É uma honra tê-lo conosco, Alberto. V. Exa. preside um partido importante em Minas, que é o PP. Tenho ainda a honra de ter, entre nós, aquele que marcou a história do Parlamento mineiro com a sua condução à frente da Assembleia, deputado Dinis Pinheiro, ex-presidente desta Casa. O Dinis também tem uma história que nos diz muito neste momento, e a sua gestão impressionou toda a Minas Gerais com as preocupações com a ética e com a coibição de determinados privilégios. Também me sinto muito honrado, assim como todos do PPS, em receber o deputado Dinis Pinheiro.

Gostaria de falar da nossa dificuldade, pois contamos com a presença de vários prefeitos, então vamos saudar o prefeito Duarte, de Mariana, que está nesta Mesa representando todos os prefeitos, mas também quero saudar um prefeito de perto da minha cidade, o Nenzinho, que rodou muito para estar aqui hoje. Muito obrigado pela presença, Nenzinho, e muito obrigado, prefeito Duarte.

Também não poderia deixar de saudar o nosso companheiro do dia a dia, pela proximidade, o que não é diferente no tocante a tantos vereadores que aqui se encontram. Gostaria de citar dois importantes vereadores presentes, o Caxicó e o Cajaíba, e tantos outros como a Renata e como a nossa vereadora Luciana, de Vespasiano. Nas pessoas dos vereadores citados, os demais vereadores devem se sentir representados e citados.

Pedraão, mais uma vez, muito obrigado pelo alinhamento conosco nesta reunião. Acho que já ficou claro o nosso respeito e a nossa reverência às carinhosas saudações que todos fizeram ao nosso amigo Paulo Elisiário. Acredito que ele nos representa; não são os cargos que trazem essa representação, o Paulo nos representa por sua história, por sua envergadura moral, por sua combatividade, portanto todos nós estamos aqui muito honrados, Paulo, de estarmos alinhados com você. Da mesma forma, queria saudar meu amigo pessoal e também pessoa estruturante do nosso dia a dia partidário, o nosso amigo Juarez Amorim, aqui pela fundação; e o Ubaldo, que hoje também é diretor da fundação, pessoa histórica no partido, com uma trajetória de muita dedicação à causa partidária e social. Queria agradecer muito ainda – apesar de já terem se retirado – e dizer que, embora tenhamos feito o convite de última hora, é sempre muito agradável ouvir o Hino Nacional de músicos presentes. Queria agradecer muito ao Sd. Cota e ao Sd. Alberto, que aqui vieram nos agradecer com esse Hino Nacional tão bonito.

Enfim, poderia citar aqui todos os amigos, militantes. É uma honra e um motivo de orgulho para nós estarmos festejando 25 anos do PPS. Acredito que temos muita clareza do momento que vivemos; partilhamos, como todas as entidades partidárias,

fragilidades próprias dos defeitos da nossa República e do nosso sistema eleitoral, mas podemos, com muita altivez, bater no peito e dizer que temos uma enorme fortaleza. Somos um partido pequeno, mas com uma enorme fortaleza; e essa fortaleza deriva, primeiro, de nomes que compõem a nossa militância de grande envergadura moral, política e de trabalho social e, sobretudo, da coerência do nosso partido. Somos um partido pequeno, mas coerente com sua história. Sua bancada é coerente com as posições majoritárias do partido; em situações em que a maioria dos partidos se divide, mantemo-nos unidos. Luzia esteve lá recentemente no exercício do mandato federal, e temos muito orgulho da posição do nosso partido no cenário nacional; temos muito orgulho dos nossos líderes, daqueles que já passaram e daqueles que continuam na liderança do nosso partido, como o deputado Roberto Freire e o senador Cristovam Buarque. De fato, a nossa contribuição para a República é muito maior do que o aspecto quantitativo dos nossos mandatos, dos nossos deputados; temos uma enorme contribuição para o País dando exemplo de posições coerentes, mesmo que não uníssonas, pois temos o debate interno e não preside a nossa atitude partidária nem a nossa história nenhum tipo de caciquismo ou a inibição do contraditório e das opiniões contrárias; temos uma coerência na luta, uma divergência, muitas vezes, em uma ideia inicial, mas uma coesão na luta, na direção partidária. E ousar dizer, com muita tranquilidade no coração, que somos um exemplo para a maioria das agendas partidárias dada essa nossa fortaleza, essa história de alinhamento do PPS com as causas nacionais, com as causas das minorias, enfrentando, muitas vezes, opiniões contrárias ao senso comum e ao poder econômico para manter exatamente isso que insisto em dizer: a nossa fortaleza.

É motivo de muito orgulho para nós os 25 anos de PPS, o partido derivado do Partido Comunista, o primeiro partido a se organizar nos aspectos formais do Brasil, uma história que vai longe de militantes que se doaram e dedicaram sua vida às causas sociais. Essa nossa perspectiva de coerência não nos inibe em assumir novos compromissos, mudanças de paradigma; e vivemos, neste momento, caro governador Alberto, um momento de grande ebulição no PPS, com a organização dos nossos congressos municipais, com o nosso muito breve congresso estadual e o congresso nacional. Minas dará uma enorme contribuição para o debate nacional. Nas nossas convenções e congressos, não fazemos debates cartoriais, fazemos a discussão mesmo para termos teses robustas, provocativas, que serão bandeiras do nosso partido. Dou exemplo da composição do diretório de Juiz de Fora, em que aprovamos sete teses que vamos trazer para o estadual e queremos levar para o nacional; o PPS pode ser minoritário, do ponto de vista quantitativo no Congresso, mas é um partido que tem posições e que reflete o pensamento da sua base.

A nossa democracia interna, as nossas programações, a nossa visão ideológica debatida com coragem de forma ascendente, é muito rara na maioria da vida dos partidos brasileiros. É um grande motivo de orgulho estarmos aqui hoje, festejando 25 anos dessa história de brio, de luta, de conquistas e alinhamento com os melhores interesses da Nação. São 25 anos que se somam a toda uma história de luta do antigo Partido Comunista Brasileiro. É uma história que orgulha aqueles que estão há muito nessas fileiras e orgulha também a muitos que ingressaram após a nossa virada partidária para o PPS, a nossa revisão de concepção do nosso partido, e que se esforçam agora por esse momento. Momento que também exige de todos nós, que temos a vida pública, principalmente nós, que exercemos mandato, a humildade de escutar, de fato, a sociedade, e perceber aquilo que temos ainda, não em sintonia com a opinião pública pela opinião pública, mas com a coragem muitas vezes de rever paradigmas e entender que a sociedade exige mudanças na política.

É com esse espírito cada vez mais intenso, com o coração cada vez mais cheio de energia e doação à política – não negamos a política, entendemos que a crise política só tem solução na política – é que renovamos nossa expectativa de cumprir um papel importante em cada núcleo municipal, no nível estadual e, seguramente, no cenário nacional, que tanto precisa da boa política, da boa prática política. Sejam todos muito bem-vindos, e vida longa ao nosso PPS.

Antes de passar a palavra ao prefeito Duarte, que representa os prefeitos do PPS, gostaria de fazer uma saudação ao meu colega de bancada, deputado Fabiano Tolentino, que está ausente porque está com uma nenê de 4 dias em casa, dando atenção para a esposa. Ele não teria condição de estar presente por essa questão, que festejamos muito, o nascimento de sua filha, mas ele me pediu

muito que alinhasse aqui o reconhecimento ao esforço coletivo desses que cerram as fileiras do PPS. E aproveito para dizer da minha satisfação do convívio com o deputado Fabiano Tolentino, um deputado combativo, enfrentando algumas agendas críticas da sociedade junto ao governo estadual, e que cumpre um papel muito importante para todos nós na organização partidária. Fica a nossa saudação e a justificativa da ausência do deputado Fabiano Tolentino.

#### **Palavras do Sr. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**

Boa noite a todos. Serei breve, e cumprimento o presidente Antônio Jorge, e em sua pessoa cumprimento todos os membros da Mesa, devidamente reconhecidos pelo trabalho ao longo da história de cada um. Cumprimento cada amigo do PPS que participa conosco deste momento agradável, 25 anos de história. Eu me considero um jovem ainda, mas tenho muito orgulho de estar no PPS desde os 18 anos. Acompanho a nossa política estadual e nacional, percebendo o trabalho dos nossos deputados e do nosso senador, e entendo que o nosso partido está no caminho certo. Precisamos entender o recado que vem das ruas, dos movimentos sociais, que cobram, cada dia mais, de cada um de nós que estamos exercendo um cargo público, a transparência e a honradez com o dinheiro público. E a percepção de que, nesse momento, o nosso partido tem muito a crescer, muito a contribuir para o País.

Ouvi o depoimento do ex-presidente Itamar Franco, e como é atual. Talvez seja hora de o PPS colocar os bons nomes que tem à disposição, com boas parcerias, para fazer esse partido contribuir ainda mais com o País, porque sabemos que há pessoas com competência para ajudar a gerenciar esse momento difícil que vivemos. Agradeço mais uma vez o convite para estar presente, por fazer parte dessa família PPS, e tenho muita honra em dizer que sou membro do PPS. Obrigado.

#### **Palavras do Sr. Pedro Nogueira Barbosa**

Boa noite a todos e a todas. Na pessoa do nosso deputado Antônio Jorge, saúdo todos à Mesa e todos que fazem parte desse corpo que é o PPS, nosso partido.

Como disse o nosso prefeito de Mariana, estou começando agora também politicamente. Estou há um ano no partido e, graças a Deus, já sou vereador de Belo Horizonte, cidade tão importante. Estar aqui representando todos os vereadores presentes é muita honra para mim. Sabemos da dificuldade que é praticar política hoje. Estamos diante de um quadro em que o País está com pouco crédito político, e as pessoas às vezes não entendem que, por sermos os representantes mais próximos da comunidade, sofremos com isso.

Gostaríamos de falar da importância de todos os militantes, de todos os assessores e de todas as pessoas que nos acompanham na política. Vocês, sim, nos representam. Às vezes o vereador está ali para escutar as demandas e para tentar criar leis que favoreçam todos nós de uma cidade e de um país, mas vocês, sim, são as referências que levam o nome do vereador à comunidade. Vocês são muito importantes para o partido.

Hoje, comemorando 25 anos do partido, fico feliz em fazer parte da atual política do PPS, que é de história e representa muito para todos nós. Somos só uma engrenagem que toca a política da melhor maneira possível. O Itamar Franco disse que precisamos de oxigenação. Ponho-me à disposição e digo que todos nós somos importantes para o nosso partido. Fazemos parte de uma engrenagem. Devemos tocar isso, mudar as coisas e as opiniões e fazer o correto. Sinto-me honrado por estar em um partido como o PPS e diante de tantas autoridades e pessoas que fizeram história aqui e de quem, até quando criança, já escutava o nome e por quem sempre torcia e em quem votava para que a política fosse bem representada. Fico grato por estar no partido um cara como o Dinis Pinheiro, com quem aprendi, e o Antônio Jorge. O Ronaldo me trouxe para o partido. Fico feliz. O partido será muito importante para a minha pessoa daqui para a frente. Espero honrar da melhor maneira possível não apenas o meu partido, mas também tudo que eu acreditar ser certo na política. Valeu? Muito obrigado.

**Palavras do Sr. Dinis Pinheiro**

Estou ansioso para ouvir o Paulo Elisiário, para recordar e fazer passar pelo coração de novo. Lembrava-me aqui do Itamar, com sua história bacana e bonita, que nos inspira mesmo e mexe com o coração e com a nossa alma. Nesse momento lembramos: Meu Deus, o que faremos? O que faremos nesse momento em que Minas está em uma situação muito difícil? O Brasil suplica por mudanças. Tenho dito, Antônio, nas pregações por aí afora, conversando com os mineiros e com as mineiras, que o Brasil precisa de uma nova ordem moral. Vocês se lembram do Itamar Franco. O Brasil precisa de uma reforma revolucionária das instituições. Aí você se lembra de um paladino da ética, como Itamar Franco, e do Paulo Elisiário, que foi chamado aqui, com aplausos e carinho. Todos o louvaram. Isso é bom, pois ele tem uma vida exemplar. Esse moço tem uma lisura impressionante, com valores estelares de uma vida simples, franciscana. Itamar também era assim. Itamar tinha esse perfil. E você, Paulo, nos dá uma força danada para enfrentar as adversidades de Minas e do Brasil. Você aumenta nossa capacidade de sonhar, porque a capacidade de sonhar tem de aflorar, Maria Elvira, sobretudo nos momentos de maior dificuldade, e este é um momento difícil em Minas e no Brasil. Mas não podemos perder aquilo que o Itamar falou: a fé, muito menos a esperança, porque a esperança está sempre dando uma nova chance ao mineiro, à mineira, a você, Ronaldo, a cada um de nós.

E quando vejo tanta gente boa – Alberto, Gil, Pedrão –, fico num entusiasmo danado. Eu falo assim: puxa vida, Minas vai dar certo. Puxa vida, o Brasil também vai dar certo. E não podemos duvidar da nossa capacidade de luta, do nosso idealismo, do nosso altruísmo, dos nossos valores, das nossas virtudes, até porque as virtudes têm de ser praticadas no nosso cotidiano. E quando vejo o PPS nessa história tão fecunda, tão bonita, tão sortuda... Partido pequeno, nada. Que partido grande é esse! Grandioso. Grandioso pelas suas qualidades, pelas suas virtudes. É um partido altamente virtuoso, decente, honrado, que pensa, discute, debate os problemas, vislumbra as potencialidades.

Outro dia fui a um encontro do PPS e estava lá um moço de quem gosto muito, o Cristovam. Ele é um ícone da educação. Sou filho de professor. Alberto, acho que o professor é a alma da escola. Ele ainda tem de ser valorizado em Minas e no Brasil. A carreira de professor tem de ser nobre, atraente, competitiva. Quando falo em revolução por aí afora, sinceramente, isso está aqui na nossa frente, está aqui nos nossos olhos. Que revolução temos de fazer? A mais importante de todas. A revolução mãe é a revolução na educação. Se verdadeiramente acreditarmos na educação e realizarmos uma revolução nela, como os países desenvolvidos fizeram, sem dúvida nenhuma, nossos filhos, nossos netos, as gerações que estão por vir, vão, sim, Ronaldo, colher frutos de paz, de prosperidade, de justiça social. Portanto, está aí o desafio lançado.

Quando vejo esse partido tão orgânico, que agrega tantos valores, eu falo: Minas vai dar certo e Minas vai ter oportunidade de servir ao Brasil, até porque Minas tem essa vocação. Minas tem essa missão de servir ao seu povo, servir ao Brasil. Espero que esse partido possa ter a plena consciência do papel e da missão que está reservada a ele. É uma missão grandiosa, inestimável. Portanto, desejo muita força, muita luz, muito êxito, muita cidadania. Acreditem na força de cada um de vocês.

Aproveito para abraçar todos vocês, de forma especial, o amigo Carlos Vianna, que é uma grande expressão de Minas Gerais a quem devoto muito apreço, muito carinho. Ele é exemplo de retidão, exemplo de caráter, acho que todo mundo pode se espelhar no seu comportamento retilíneo. Uma voz admirada e querida por todos nós. Enfim, o PPS está aí, preparadíssimo para fazer de Minas um Estado empreendedor, visionário, rico, mas acima de tudo, um Estado justo, que deu oportunidades para todos os mineiros, que deu dignidade para todos os mineiros. Mãos à obra. O PPS vai ser o farol de uma nova Minas e de um novo Brasil. Parabéns, Antônio, por esse belíssimo momento, por esta augusta história.

O presidente – Antes de continuarmos, queria fazer coro à saudação ao nosso amigo Carlos Vianna, uma pessoa de grande credibilidade e de muita prestação de serviço reconhecida por toda a sociedade mineira. Mais uma vez, quero saudar de forma muito pessoal e carinhosa a ex-deputada Maria Elvira. Fico feliz sempre que a vejo. Ela é uma inspiração para todos nós. A Maria Elvira está nesta Casa mais uma vez, desta vez por coincidência, mas quero ressaltar muito sua cooperação para uma agenda pessoal minha, de

luta, que é a questão do câncer de mama. A Maria Elvira é uma das líderes do Outubro Rosa de Minas Gerais. Muito obrigado pela presença, Maria Elvira.

#### **Exibição de Vídeos**

O locutor – Assistiremos agora aos vídeos do deputado federal Roberto Freire, presidente nacional do PPS, e do militante Adalberto Timóteo, em comemoração aos 25 anos do PPS.

– Procede-se à exibição dos vídeos.

#### **Entrega de Placas**

O locutor – Neste momento, o deputado Antônio Jorge, neste ato representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia de Minas, fará a entrega de placa alusiva a esta homenagem à Sra. Luzia Ferreira, presidente do Diretório Estadual do PPS. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: (– Lê:) “Marcado pelo pluralismo político e ideológico, o Partido Popular Socialista – PPS – tem como principal missão a afirmação da democracia brasileira. Constituído em 1992, a partir de um ideário renovado, inspirado na herança humanista e libertária dos movimentos trabalhistas, o PPS tem buscado, desde então, fazer política de forma séria e transparente, lutando sempre por caminhos justos e sustentáveis para o desenvolvimento do País. Por sua destacada contribuição para a consolidação dos ideais democráticos e para o fim das desigualdades no Brasil, o PPS recebe, no aniversário de 25 anos de sua fundação, esta justa homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.”

– Procede-se à entrega da placa.

O locutor – Ato contínuo, o PPS fará homenagem a alguns nomes importantes para a história do partido, sendo o primeiro deles e que já se encontra posicionada, a Sra. Luzia Ferreira, presidente do Diretório Estadual do PPS. Para fazer a entrega, convidamos o vereador Caxicó, do Município de Contagem.

Em seguida convidamos o Sr. Juarez Amorim, diretor da Fundação Astrojildo Pereira. Para fazer a entrega da homenagem, Ronaldo Gontijo. Para receber a próxima homenagem, convidamos a se posicionar o Sr. Paulo Elisiário, presidente de honra do PPS. Para fazer a entrega, Anibal Macedo, representando o Ministério da Cultura em Minas Gerais. Para receber a próxima homenagem, convidamos a se posicionar o Sr. Ubaldo Dutra de Araújo, militante histórico do PPS. Para fazer a entrega, Sr. Eugênio Mansur. A seguir, convidamos a se posicionar para receber a homenagem o Sr. Jorge Espeschit, que na verdade será representado por Raimundo Benoni. Para fazer a entrega, convidamos Pedro Auarek, da Juventude do PPS. Nesta oportunidade, o deputado também faz a entrega ao Sr. Paulo Elisiário da placa que também contempla todos os homenageados.

– Procede-se à entrega, cada uma por sua vez, das placas.

O locutor – Gostaríamos de fazer a leitura dos dizeres constantes das placas que foram entregues, por iniciativa do deputado Antônio Jorge: “A sua militância permitiu que o PPS chegasse aos 25 anos apto para enfrentar os enormes desafios que se impõem à nossa sociedade. Que as novas gerações se inspirem no seu talento, compromisso e na sua solidariedade.” Assina a placa o deputado Antônio Jorge.

O locutor – Além dessas homenagens, o deputado Antônio Jorge fará a entrega de flores à vereadora Luciene Maria Fonseca, do Município de Vespasiano, representando as mulheres do PPS.

– Procede-se à entrega de flores.

#### **Palavras da Sra. Luzia Ferreira**

Boa noite a todos e a todas. Quero dizer que é uma alegria vê-los aqui nesta noite em que nós comemoramos e celebramos os 25 anos do PPS. Quero cumprimentar a Mesa que já foi toda nominada. Quero também cumprimentar o deputado Antônio Jorge e dizer que temos muito orgulho de tê-lo no PPS, pela sua história. Você é dos jovens. Estamos reunindo as pessoas que foram

homenageadas e compuseram a primeira executiva no PPS, em 1992, o Ubaldo, o Juarez, o Paulo Elisiário e o Jorge Espescht, que foi representado. Alguns que estiveram conosco nessa jornada já faleceram. Assistimos ao depoimento do Adalberto, que morreu ano passado, com 98 anos. Ele continuava um militante político e participava de reuniões da comunidade com aquela alegria e entusiasmo de sempre. Para ele a política era o espaço para mudarmos essa triste realidade do País. Ele tinha sempre a preocupação, desde quando eu o conheci no PCB, de atrair os jovens para a política. Fico olhando aqui de cima e vejo que esse desafio continua muito atual. Nós temos poucos jovens na ação política. Daqui de cima, eu vejo que a maioria está mais vivida. Temos também poucas mulheres, e isso era sempre uma das duas preocupações. Ele falava que, se nós não tivéssemos a capacidade de atrair a juventude e renovar, aliás, os nossos filiados e quadro, ficaríamos com um partido com menos capacidade de fazer as transformações que nós pensávamos e continuamos pensando. Então, eu quero cumprimentar o deputado Antônio Jorge, que está conosco há cinco anos e soma pela sua história, pela sua capacidade, pela sua inteligência e por ser um ótimo gestor do SUS, que sabemos que hoje é talvez a política mais vilipendiada no Estado. Todos nós que estamos nos nossos municípios sabemos como isso tem sido dramático.

Cumprimento ainda o nosso querido governador e ex-presidente desta Casa, o Alberto, que talvez seja uma síntese de Minas. Ele foi presidente desta Casa, que é uma institucionalidade democrática que ele preza muito. Isso, nos dias de hoje, vale muito a pena. Cumprimento ainda o prefeito Duarte, o deputado Gil Pereira, o Pedrão, vereador da capital, e os amigos da jornada que comemoramos, o Ubaldo Dutra e o Juarez Amorim. Falo que o Juarez é talvez o meu amigo mais longo, mais permanente, porque nos conhecemos na universidade. Fomos colegas na UFMG, ele no curso de medicina e eu no de biologia. Somos amigos até hoje, amigos próximos, partilhamos da mesma caminhada, dos mesmos sonhos, dos mesmos desafios. Estamos juntos e quero dizer que tenho muito orgulho de ser sua amiga até hoje, apesar de ter havido alguns percalços no caminho. Nós já brigamos muito também por ideias, não pessoalmente. Quero dizer que ele é uma das pessoas de que eu mais gosto e em que confio. Tenho muito orgulho de tê-lo próximo a mim. Estou vendo o Dr. Jésus, que é novo no PPS, mas é um velho militante. Também foi nosso colega de sala e se filiou recentemente ao partido, em setembro. Ele é médico e professor da UFMG. Tem uma carreira brilhante na medicina em Belo Horizonte, é uma referência. Seja bem-vindo aqui, com sua experiência.

Vejo muitos rostos. Já foi falado que o Paulo Elisiário foi nossa referência no PPS, referência de equilíbrio, de firmeza ideológica, de postura e coerência com os princípios que processamos. Então temos muito orgulho dele, sempre é a mesma pessoa. Isso também é muito importante, não muda de cara, não muda de partido, não muda de ideologia, e está sempre com aquela coerência, nos ensinando e querendo apontar rumos. Então ficamos muito felizes por tê-lo aqui hoje, e que continue nos ensinando. Às vezes, quando ficamos sem caminho, é sempre bom termos a voz da experiência para nos dizer para onde devemos ir.

Queria cumprimentar os representantes do PSB, o Gelson, o Marcelo, o Abi Saber, o Pier Sinesi, que estão aqui nos honrando com a presença. Muito obrigada. Gostaria de cumprimentar também a querida amiga Maria Elvira, que, além de ser uma amiga querida, foi deputada e tem uma trajetória de luta, a favor do povo, das mulheres. Ela hoje preside As Caminhantes da Estrada. Estou vendo ali a Zélia e a Vera Faria, que também fazem parte desse grupo, e que ajudam a divulgar Minas Gerais com um projeto ambiental muito relevante, e é assim que a sociedade democrática se organiza de diversas formas. Vejo aqui muitos rostos conhecidos, antigos e novos, o que nos dá uma alegria imensa em estar aqui hoje, podendo falar desta tribuna da Assembleia.

Eu queria começar lendo um trechinho do nosso manifesto de fundação, de 1992. Primeiramente, eu queria dizer que, para um partido que era um Partido Comunista Brasileiro, com raízes na revolução russa de 1917, fazermos essa mudança – nós que estávamos lá – é como se mudássemos de religião. Isso é para vocês verem como foi penoso e sofrido. Era como se cada um aqui hoje que fosse católico mudasse de religião. O sofrimento da opção era esse. Então foi um processo intenso de discussão no Brasil inteiro, porque vimos que o mundo tinha mudado, a realidade que tinha embasado a criação havia mudado, os prefeitos dos antigos partidos comunistas já não cabiam na realidade. E aí eu quero dizer que partido é para isso também: para enxergar o futuro, para enxergar mais à frente, enxergar caminhos, acompanhar a realidade, o caminhar que está indo. A gente vai atrás. Partido que se preze tem de ter um

espaço de debates para a construção de alternativas e de procedimentos coletivos, e foi isso que embasou o PPS, quando decidi romper o nosso muro, vamos dizer assim, e fazer uma mudança de paradigmas, de metas de atuação e de propostas para apresentar à sociedade.

Muitos vão dizer que nosso manifesto está atual, mas ele começava assim: “Aos seres humanos, que, por nascimento ou opção, habitam terras brasileiras, o PPS dedica seus 70 anos de luta e todas as lutas futuras. Há uma crise no mundo e no Brasil, e todos podemos senti-la. É uma crise que solapa esperança, que chega ao fundo dos corações, gerando frustrações, descrença e cinismo. Frente aos desafios desses novos tempos, no seu compromisso de luta por uma sociedade mais justa e humana, o 10º Congresso do PCB oferece à sociedade o Partido Popular Socialista – PPS. Um partido que, desde sua formação, é plural. Ele é aberto à participação de todos, aos que acreditam que é possível a todos os seres humanos viverem livres e iguais. É um partido que, num mundo de mudanças, assume o compromisso central com a vida, entendendo-a indissociável da natureza e da cultura. Um partido que quer contribuir para a construção de uma nova ética, em que o ser humano, sem nenhuma discriminação, seja protagonista e beneficiário das suas formações sociais.”

Esses foram os princípios que nos embasaram. E eu digo que isso é muito atual. Quando falamos de crise ética, de desesperança, de cinismo, de uma crise que solapa as instituições democráticas, isso tem muito a ver com o momento que estamos vivendo no Brasil. E o PPS, nesses 25 anos, quando saiu de um partido fechado, com conceitos muito reduzidos de sociedade, não se encaixava mais na realidade que estávamos vivendo. E foi aí que nós abrimos. E aqui estão vocês, com origens diversas, com histórias diversas, com experiências políticas muito diferenciadas. Muitos passaram por outros partidos e muitos começaram aqui, mas todos com uma vontade de construir uma nova proposta política. Este momento exige de nós mais do que o momento que vivemos em 1992: exige de nós essa maturidade, esse firme propósito de unir nosso campo democrático para construirmos alternativas para 2018. Esse é um desafio imenso do PPS que, como eu disse, nasceu com esses princípios. Mantemo-nos firmes nesse propósito com a nossa bancada, que muito nos orgulha – infelizmente o deputado Fabiano Tolentino não pôde estar aqui agora, mas mantém o bom combate, a boa trincheira a favor dos mineiros e das políticas públicas –, como no Congresso Nacional, que eu tive a honra de integrar este ano durante quatro meses, em uma bancada de 10 deputados, mas que faz a diferença no Congresso, exatamente porque sabemos o que queremos. Nós temos coerência. Não fazemos esse jogo político rasteiro: quando se é situação, defendem-se determinadas ideias; e quando se vira oposição, passa-se a defender ideias contrárias apenas porque se quer marcar posição no cenário político nacional. Então nós temos esse desafio imenso. Hoje no Brasil as pessoas estão desacreditando até do seu poder de escolha, visto que nas eleições do ano passado quase 50% dos eleitores se abstiveram de fazer uma opção, votando branco, nulo ou nem indo votar. Então nós temos o desafio imenso de apresentar uma alternativa que possa significar esperança, esperança de dias melhores, esperança de confiar nas instituições democráticas, de confiar no poder do voto para fazer essas transformações e essas mudanças de que tanto precisamos. Nós caminhamos por uma polarização perigosa de dois campos. Um, o campo que governou o Brasil, humanizado pelo PT nos últimos 13 anos, e um campo de um retrocesso imenso dos princípios democráticos hoje encarnado por Bolsonaro, e que nós sabemos que não é o caminho pelo qual nós lutamos tanto – muitos deram a vida aqui no PPS –, mas que está encantando uma parcela considerável da população e, pasmem, especialmente os jovens de 17, 18, 19 anos que são, pelas pesquisas, onde ele tem o maior eleitorado. Então eu acho que esses são os desafios de um partido que já cresceu, já incorporou a diversidade na sua formação, um partido democrático no seu funcionamento, um partido em que os filiados elegem a sua direção. Estamos fazendo isso este ano. O Claudinho, nosso vereador de Montes Claros já fez isso lá, como foi feito em Belo Horizonte, como feito em Itabirito, em Vespasiano, como foi feito em todas as cidades que estão aqui. Quem tem direito de voto nos nossos congressos são os nossos filiados. Cada filiado, um voto para eleger e escolher a sua direção. Aqui não tem imposição de cima para baixo, e essa é a base também do nosso manifesto, do nosso programa e do nosso estatuto de funcionamento partidário.

O partido somos todos nós, e todos os que se filiaram e escolheram o PPS têm de dar a sua contribuição em cada município e em cada segmento em que atua. A representatividade do partido vai além da formulação geral da sua atuação no momento eleitoral,

porque também se consolida no dia a dia com a atuação de cada um nos seus espaços de participação social e política; e nessa luta, chamada identitária das mulheres, dos negros, da comunidade LGBT, da educação, da luta ambiental, do esporte, e da luta contra as drogas. Estou vendo aqui o Kaka Menezes, de Contagem, que tem isso como causa na sua vida. Enfim, a representatividade do partido será maior se cada um se empenhar com a sua ação para fortalecer as nossas ideias.

Fico muito feliz de estar aqui como presidente estadual, já que também estou encerrando o meu mandato de seis anos, isto é, um de dois anos e outro de quatro anos. Fomos portadores, inclusive, dessa cláusula do nosso estatuto, que diz que, no estatuto, só poderia haver uma reeleição, e ela foi aprovada no nosso último congresso. É por isso que estou encerrando minhas atividades daqui a um mês. No dia 25 de novembro, elegeremos a nova direção estadual. Aqui existe um pouco disso, um pouco da nossa tradição, e quem chega traz ideias novas e ajuda a empurrar quem já está aqui por mais tempo, com a sua energia e com as suas ideias.

O partido se constrói assim, e tenham a certeza de que o construímos com a certeza inabalável de que o nosso caminho, para resolver os graves problemas sociais que o País enfrenta, é nos metermos na política, porque a solução passa pela política e não é atalho autoritário nem chamamento de militares. Aliás, hoje existe essa quase histeria de que devemos endurecer, como se o fato de colocar todo mundo na cadeia fosse resolver os nossos problemas sociais, a nossa crise econômica e gerar 14 milhões de empregos para os 14 milhões de desempregados.

Sabemos que a política econômica não é neutra, e o grande pacto que fazemos com as mudanças é no momento eleitoral; e, no ano que vem, teremos essa chance. O PPS vai continuar firme nesse propósito de ser um partido plural, democrático, aberto à sociedade, aberto à participação, vinculado à luta contra as desigualdades e profundamente comprometido com a democracia. Não vamos entrar em nenhuma aventura autoritária. Queremos ser uma janela para que o nosso povo possa voltar a acreditar na política e nas instituições democráticas.

Por fim, gostaria de agradecer muito cada um de vocês que deu a sua contribuição. O Raimundo Benoni está aqui e ele é da nossa executiva atual. Também não posso deixar de falar do Eugênio Mansur e gostaria de pedir uma salva de palmas para ele. É o nosso secretário-geral. No dia a dia, também comanda o partido com a sua determinação, gentileza e capacidade de diálogo, e vocês que estão no município também se relacionam muito com ele. Estou vendo aqui o nosso ex-presidente municipal, Ronaldo Gontijo, vereador por seis mandatos em Belo Horizonte, um dos que deve ter mais mandatos na cidade e, com certeza, mais mandatos dentro deste Plenário. Também ficamos felizes de ver os jovens aqui, de vez em quando, como o Pedro Auarek, da nossa juventude, e o Bruno. Você ainda pode ser considerado jovem, Bruno? Pode, não é? Enfim, o Aníbal, da cultura, também se faz presente. Aliás, no momento, a cultura sofre com os mecanismos de censura, já que muitos defendem a censura prévia das atividades artísticas das belas artes. A cultura, por natureza, precisa de liberdade de expressão, já que é para isso que ela existe. Na verdade, vivemos um momento meio de trevas, com as pessoas querendo censurar os artistas, mas penso que os artistas devem se manifestar, quem quiser vai, e quem não quiser ver uma obra não vai. Nem precisa concordar com ela, o que não quer dizer que devemos proibir os artistas ou criar padrões para que possam expressar sua arte. Não é este o país que lutamos tanto para construir até aqui.

Então, é isso. Acredito que já falei demais. Muito obrigada a cada um de vocês. Continuem acreditando e nos ajudando a formar um grande PPS em Minas Gerais e a eleger uma grande bancada no ano que vem para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa. Muito obrigada.

O locutor – Com a palavra, o deputado Antônio Jorge, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o deputado Adalclever Lopes.

#### **Palavras do Presidente**

Nós nos encaminhamos para o encerramento da nossa reunião e vou ler aqui, de forma protocolar, uma mensagem importante do nosso presidente; mas, antes disso, permito-me saudar mais algumas presenças e o esforço de muitos que vieram de longe para esta singela homenagem ao PPS. Mais uma vez, quero agradecer a presença da Renata e da Luciana, nossas vereadoras de

Brumadinho e Vespasiano; do Professor Sidão, vereador de São Joaquim de Bicas; do João Batista, nosso vice-prefeito de Presidente Olegário, que veio de longe e por cuja presença queria muito agradecer; e do nosso amigo José Roberto Cajaíba, vereador que está abalando a república de Teófilo Otôni. Queria também dizer da honra de receber aqui não só o nosso presidente da Câmara de Betim e seus companheiros, mas especialmente o Ricardo Lana e o Gilson, vereadores de Betim; o José Carlos Pinto Borges, vereador de Dona Eusébia, que aqui acompanha o nosso prefeito do PPS, Nenzinho – a quem agradecemos muito pela presença; o Ederson, vereador de Nova Lima, conhecido como Kim do Gás; o Fabiano, de Capim Branco, nosso colega médico – e agradeço sua deixa sobre a saúde para agradecer duas ilustres visitas que, espero, muito breve, estejam assinando sua ficha de filiação: o Dr. Luiz Fernando e a Kênia, os dois adjuntos da saúde de Contagem, a quem agradecemos muito a presença; o Leo da Padaria e o Avelar, de Juatuba; e o Claudinho, que veio de longe, de Montes Claros, já citado pela Luzia.

Por fim, nessa saudação em que todos têm igual relevância, precedente tão importante, simbólico e afetivo, queria citar, na figura de um antigo militante, o Chicão, e de um não tão antigo, mas também aguerrido militante, meu amigo Egídio, aqueles que não têm titularidade, mas capilarizam nossas causas no dia a dia do partido. Uma homenagem ao Chicão, ali escondidinho, e ao meu amigo Egídio, pelos aguerridos companheiros.

Antes da formalidade da fala do presidente Adalclever Lopes, queria fazer um convite que me foi passado – não é boca livre, mas sim uma festa por adesão. Faremos uma festa de confraternização do PPS no dia 24 de novembro, no Restaurante Boi Vindo, no Bairro Sagrada Família, a partir de 20 horas. Estão todos convidados. Será às vésperas do congresso, portanto é preciso que a festa acabe cedo.

Quero fazer aqui coro em alinhamento à homenagem que a Luzia fez ao Mansur e explicar para os nossos amigos, principalmente do interior, que todos conhecem o Mansur e que ele não é tesoureiro, é boa gente, só cobra porque só sobra ele para cobrar. Obrigado, Mansur.

Enfim, a palavra do presidente Adalclever Lopes: (– Lê:) “O Partido Popular Socialista, herdeiro de uma longa tradição de lutas do antigo PCB, conserva inspiração na herança humanista, libertária e solidária dos movimentos sociais e das lutas dos trabalhadores.

O PPS consolidou seus ideais, convicto no poder transformador da ação política voltada para um mundo mais justo e fraterno, em benefício de todos, contra a desigualdade e a exclusão social. Diante de uma crise sem precedente em nosso país, o PPS é peça importante na busca de soluções que fortaleçam os ideais democráticos e invistam em novos modelos de desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Em nome deste Parlamento, o nosso desejo é que esses primeiros 25 anos sejam multiplicados no reconhecimento de seu marcante protagonismo na história política do Brasil. Muito obrigado. Presidente Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.”

### **Encerramento**

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença, e cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 10, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 10/10/2017.). Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.562 NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017**

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Mário Henrique Caixa e André Quintão (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo

número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela manutenção do Veto nº 23.562/2017, em turno único (relator: deputado Durval Ângelo). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2017.

Durval Ângelo, presidente – João Leite – André Quintão.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/9/2017**

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Celinho do Sinttrocel, Cristiano Silveira (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Nozinho, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.146/2015, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel), Projeto de Lei nº 4.267/2017, no 1º turno (deputado Coronel Piccinini). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 179, 2.814 e 3.159/2015, 3.764/2016, 3.999, 4.033, 4.085, 4.131 e 4.181/2017, e 1.517/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Celinho do Sinttrocel), 3.679/2016, 4.089, 4.133 e 4.193/2017 (relator: deputado André Quintão), 3.754/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: deputada Geisa Teixeira), 3.917 e 3.940/2016, 3.992, 4.155 e 4.321/2017 (relator: deputado Nozinho), 4.171, 4.202, 4.220, 4.232, 4.248 e 4.345/2017 (relator: deputado Coronel Piccinini), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.236, 8.239 e 8.372/2017. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.475, 3.838, 3.903, 3.944/2016, 3.975 e 4.021/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.402/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater os acidentes ocorridos na usina da Siderúrgica Gerdau, em Ouro Branco, e a saúde e a segurança dos trabalhadores no setor siderúrgico no Estado;

nº 9.407/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada visita à usina da Siderúrgica Gerdau e ao Sindicato dos Metalúrgicos, em Ouro Branco, para averiguar recentes acidentes ocorridos nesse local;

nº 9.741/2017, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – e das perícias médicas, a partir de diagnóstico realizado em todas as regiões do Estado pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG;

nº 9.828/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação da perícia médica e a revisão dos benefícios no INSS;

nº 9.829/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores públicos municipais aposentados de Ipatinga e Timóteo e a contribuição previdenciária nesses municípios (emendado pelo autor);

nº 9.832/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos servidores aposentados do Município de Ipatinga, diante da falta de pagamento da complementação da aposentadoria por parte da prefeitura;

nº 9.846/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Plano Diretor Desenvolvimento Integrado – PDDI – do Vale do Aço;

nº 9.847/2017, do deputado André Quintão, em que requer seja realizada audiência pública para debater os impactos dos cortes orçamentários previstos no Orçamento da União para o exercício de 2018, com relação ao Sistema Único de Assistência Social – Suas;

nº 9.848/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as campanhas salariais e as datas bases do segundo semestre de 2017, no contexto da lei da reforma trabalhista aprovada neste ano no Congresso Nacional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente – André Quintão – Coronel Piccinini – Geraldo Pimenta.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/9/2017**

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Elismar Prado, Tadeu Martins Leite (substituindo o deputado Iran Barbosa, por indicação da liderança do BMM) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Geraldo Pimenta, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a importância da castração pediátrica de animais domésticos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.762/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Betim pedido de providências para a realização de campanhas que visem à coibição do comércio ilegal de animais nesse município;

nº 9.763/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 8ª Promotoria de Justiça em Betim pedido de providências para a verificação da situação dos animais que são comercializados na Praça do Ceabe e no mercado da região, em Betim;

nº 9.803/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia Regional de Polícia Civil em Ibirité pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial para investigar caso de maus-tratos a um animal de rua ocorrido no Bairro Jardim das Rosas, nesse município, em 3/9/2017;

nº 9.804/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 2ª Promotoria de Justiça em Caeté pedido de providências para a apuração da denúncia de descarte irregular de cadáveres de animais, uma vez que cães mortos foram encontrados em tambores que estavam no pátio das Secretarias de Saúde e de Administração, nesse município;

nº 9.805/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 8ª Promotoria de Justiça em Teófilo Otôni pedido de providências para o cumprimento, no canil desse município, das legislações relativas aos animais;

nº 9.806/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil, em Teófilo Otôni, pedido de providências para que seja aberto inquérito com vistas à apuração de denúncias de irregularidades no canil desse município;

nº 9.807/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada visita da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais ao canil municipal de Teófilo Otôni para verificar a situação dos animais que lá estão alocados;

nº 9.876/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Delegacia de Polícia Civil, em Poço Fundo, pedido de providências para que seja instaurado inquérito policial com vistas à apuração do envenenamento em massa de cães e gatos no Bairro Mãe Rainha, nesse município;

nº 9.877/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizado debate público sobre políticas públicas para animais;

nº 9.918/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Montes Claros pedido de informações sobre a situação da população de cães de rua desse município, tendo em vista o disposto na Lei nº 21.970, de 2016.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Yara Sarmento Lacerda e Mariana Lacerda, respectivamente, presidente e vice-presidente da ONG SOS Bichinho; Renata Dornelas, Angélica Aniceto e Leila Grassi, voluntárias da ONG SOS Bichinho, e Drica Ribeiro, ativista da causa animal no Município de Uberlândia, e os Srs. Rodrigo Aparecido Lopes, prefeito de Andradas; Paulo Sérgio Braga, vereador no Município de Goianá, Idael Cristiano, voluntário da ONG SOS Bichinho, e Isaqueu Mendes de Freitas, pastor-presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Andradas. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de outubro de 2017.

Noraldino Júnior, presidente.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017**

Às 11h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Rosângela Reis e os deputados Bonifácio Mourão, Carlos Pimenta, Nozinho e Tito Torres. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, a seguir, a suspende. Registra-se a saída do deputado Fábio Cherem. A reunião é reaberta sob a presidência do deputado Anselmo José Domingos que, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as obras de duplicação da Rodovia BR-381 e da ponte que liga os Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* dos Srs. Luciano Cenci Hila Busch, com reclamações sobre a superlotação e a insegurança dos ônibus da empresa de transporte Santa Edwiges, única concessionária de transporte público do Município de Betim, e Sebastião Jarleis de Lima,

reivindicando seja discutida a necessidade de se equiparar a idade mínima para que o idoso possa ter direito ao passe livre intermunicipal aos 65 anos e interestadual aos 60 anos. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Flaviano Mirco Gaggiato, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg –, Regional Vale do Aço – Ipatinga, representando o Sr. Luciano José de Araújo, presidente; Jorge Luiz Pereira Cançado, gerente de Planejamento e Controle, e Hugo José Gaspar Neto, supervisor de Obras da Empresa Construtora Brasil, representando o Sr. Rafael Vasconcelos, diretor-presidente; José Antônio da Cruz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Pesada de Minas Gerais – Siticop; Emir Cadar Filho, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de Minas Gerais – Sicepot-MG; André Luiz Coelho Merlo, prefeito de Governador Valadares; Lucas Coelho Ferreira, prefeito de Caeté; e Sebastião de Barros Quintão, prefeito de Ipatinga. Após fazer as considerações iniciais, a presidência concede a palavra aos deputados Celinho do Sinttrocel e Gustavo Santana, também autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Fábio Cherem, presidente – Anselmo Domingos – João Leite.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/9/2017**

Às 14h7min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Carlos Pimenta e Mário Henrique Caixa (substituindo o deputado Glaycon Franco, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail*, por meio do Fale com as Comissões, do Sr. Januário Pantera, do Município de Eugenópolis, informando que a cultura, em particular a capoeira, não tem recebido apoio da prefeitura local, apesar de ter sido mapeada pelo governo federal. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.641/2017, com a Emenda nº 1, de autoria do deputado Mário Henrique Caixa, que acrescenta, entre os congratulados, os nomes de Sandra Santos e Silvana Brant. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.051/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega de diploma relativo à manifestação de aplauso ao jornalista Tutti Maravilha pelo programa Bazar Maravilha, da Rádio Inconfidência, da Empresa Mineira de Comunicação;

nº 10.066/2017, do deputado Bosco, em que requer seja realizada visita ao Município de Uberlândia, onde participará do I Seminário de Direitos Culturais, promovido pela Universidade Federal de Uberlândia em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a apresentação do tema “Os marcos legais para a cultura de Minas Gerais”, no dia 27/9/2017, às 16 horas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Bosco, presidente – Glaycon Franco – Marília Campos.

**ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017**

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique, Felipe Attiê, Ulysses Gomes e Doutor Jean Freire (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* da Sra. Ruth Barros Pettersen da Costa, solicitando informações sobre quais atividades de fiscalização e controle externo são realizadas pela comissão e pela Assembleia Legislativa; e ofício do deputado João Magalhães, presidente da Comissão de Administração Pública, solicitando a elaboração de estudo sobre a viabilidade de garantir na lei orçamentária anual o aumento da dotação orçamentária destinada à Defensoria Pública do Estado. A seguir comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Heberth Percope Seabra, gerente-geral da CEF (21/9/2017), e Paulo de Souza Duarte, subsecretário do Tesouro Estadual (23/9/2017). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.450/2017, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Ulysses Gomes. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 13/2015 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Segurança Pública, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cássio Soares). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 9.784/2017 (emendado pelo deputado Ulysses Gomes).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares – Carlos Henrique – Ulysses Gomes.

**ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017**

Às 10h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com os policiais militares lotados na Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social – ATSID/PM –, pelos relevantes serviços prestados no setor de tecnologia da informação da Polícia Militar de Minas Gerais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ten.-Cel. PM Patrícia Martins Assis, chefe da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, e Rafaella Regina do Nascimento, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais; e os Srs. Ten.-Cel. PM Délio de Assis Quintão, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, Ten.-Cel. PM Flávio Vieira Medeiros, subchefe de Diretoria de Tecnologia e Sistemas da Polícia Militar de Minas Gerais, Ten. PM Clebert Alves Machado, da Assessoria Técnica do

Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, Maj. PM Adilson Leonardo Costa, Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, 1º Ten. PM Lucas de Oliveira Barcelos, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, 1º Ten. PM Glaudston Horta Felisberto, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, 2º Ten. PM Arlem Caetano dos Reis, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, 2º Sgt. PM Alexander Marques Silva, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, 3º Sgt. PM Charles Alisson Amorim da Silva, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, 3º Sgt. PM Andrey Marconi Alves Barbosa, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais, e 3º Sgt. PM Warley Silva de Oliveira, da Assessoria Técnica do Sistema Integrado de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Antônio Jorge.

#### **ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017**

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Glaycon Franco, Thiago Cota e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Geraldo Pimenta, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Glaycon Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Luciana Lima de Magalhães, da diretoria de Cadastro e Gestão de Documentos do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, publicado no *Diário do Legislativo* em 10/8/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.117, 8.120, 8.124, 8.206, 8.220 e 8.228/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 10.098/2017, do deputado Glaycon Franco, em que requer seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável sobre o processo de regularização fundiária do Parque Estadual da Serra de Ouro Branco e sobre a existência da intenção de se adquirir parte da área por meio de compensação ambiental, uma vez que 80% da área do parque pertence às empresas Vale, Gerdau, CSN e Ferrous. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 10.087/2017, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Copasa pedido de providências para que assumo o sistema de abastecimento de água dos Municípios de São João da Lagoa e São João do Pacuí;

nº 10.089/2017, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o projeto da Copasa para construção de uma barragem no Rio Pacuí, bem como o sistema de adução necessário visando ao abastecimento de água no Município de Montes Claros, e, ainda, seja convocado o presidente da Copasa;

nº 10.091/2017, do deputado Rogério Correia e do deputado André Quintão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a situação das nascentes de Suzana, localizadas na Serra da Moeda, no Município de Brumadinho, tendo em vista

que, após a instalação de uma fábrica de refrigerantes no Município de Itabirito, às margens da BR-040, o abastecimento de água na região tem sido comprometido com drástica redução de vazão das nascentes.

Em seguida, é aprovado relatório de visita à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN – realizada em 18/9/2017, que segue publicado após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de outubro de 2017.

Glaycon Franco, presidente – Thiago Cota.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

#### **Local visitado: Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, no Município de Congonhas**

#### **Apresentação**

Atendendo ao Requerimento de Comissão nº 9.639, de 2017, dos deputados Glaycon Franco, Marília Campos, Thiago Cota e Dilzon Melo, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visitou, no dia 18/9/2017, a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, em Congonhas, com o objetivo de conhecer o complexo de barragens de rejeitos de minério de ferro da Mina Casa de Pedra, nesse município.

Estiveram presentes o deputado Glaycon Franco, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Neilor Souza Aarão, secretário Municipal de Meio Ambiente de Congonhas, Adivar Geraldo Barbosa, presidente da Câmara Municipal de Congonhas, Vinícius Hidelbrando, superintendente da Supram Central da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – Semad –, Wagner Nascimento, engenheiro de Minas do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM –, e Vinícius Galvão, promotor de Meio Ambiente da Comarca de Congonhas.

#### **Relato**

A visita foi motivada por denúncias apresentadas por moradores de Congonhas de que a barragem de rejeitos de minério de ferro denominada Casa de Pedra, de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, apresentaria infiltrações em sua base, o que poderia causar sérios danos, em caso do rompimento de sua estrutura, aos Bairros Casa de Pedra, Residencial e Cristo Rei, localizados a menos de 500 metros de seu dique de contenção.

A Mina de Casa de Pedra, mais antiga em operação no Brasil, detém mais de 3 bilhões de toneladas em reservas, o que a torna a segunda maior reserva de minério do País, atrás apenas de Carajás, no Pará. Casa de Pedra possui atualmente uma capacidade de produção de 30 milhões de toneladas por ano. A Figura 1 apresenta a cava da Mina de Casa de Pedra.



Figura 1: Cava da Mina Casa de Pedra.

Os rejeitos gerados no processo de beneficiamento do minério são dispostos em quatro barragens de pequeno e médio porte (designadas B3, B4, B5 e B6) e também em uma barragem de grande porte, a Casa de Pedra (ver Figura 2). Todas essas estruturas de contenção de rejeitos foram construídas a jusante da planta, ao longo do córrego de mesmo nome.

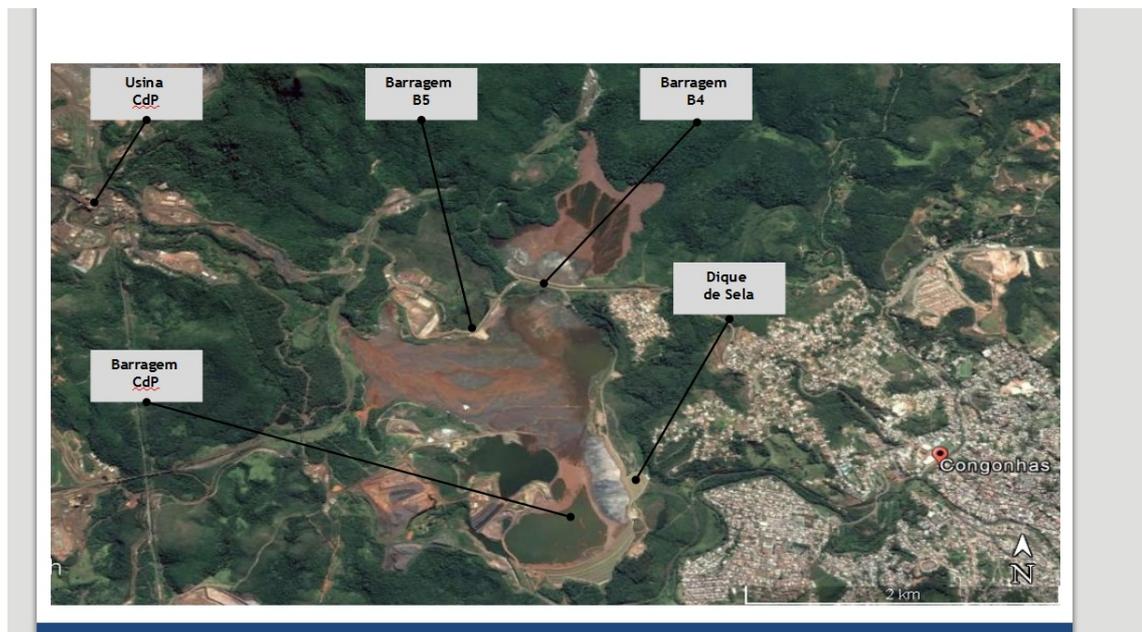


Figura 2: Complexo de Barragens de Rejeitos da Mina Casa de Pedra.

A Barragem Casa de Pedra, que foi construída pelo método de jusante, tem 66 metros de altura, cerca de 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos acumulados e, segundo o plano de gestão de riscos da CSN, é a represa mais próxima de uma área urbana no Brasil. Em caso de rompimento, poderia soterrar aproximadamente 300 casas e prédios e ocasionar mais de 1.500 vítimas. A Figura 3 apresenta uma vista da Barragem Casa de Pedra e das moradias no seu entorno.



Figura 3: Vista da Barragem Casa de Pedra e moradias no seu entorno.

Recentemente foram detectadas surgências de água nas ombreiras da barragem, razão pela qual a CSN está executando obras para recomposição topográfica das ombreiras esquerda e direita do dique de sela. As ações incluem a drenagem para condução e controle das águas e a terraplenagem para recomposição e proteção do terreno contra processos erosivos. Iniciados em 6/6/2017, os trabalhos estão 55% concluídos e têm previsão de término em 16/12/2017.

Segundo a CSN, tais obras se restringem à área da encosta, em terreno natural, e não causam impacto nas condições normais de segurança e operação da Barragem Casa de Pedra, visto não haver interferência no maciço do “dique de sela”.

O representante da Semad, Vinícius Hildebrando, relatou que as obras foram fiscalizadas pela Feam no dia 31/8/2017, ocasião em que não foi encontrado nenhum indício de instabilidade da estrutura. Apresentou os laudos das sete últimas auditorias técnicas anuais de segurança da Barragem Casa de Pedra, que atestam a estabilidade de sua estrutura, entre os quais o último, entregue em 30/8/2017. O gestor destacou ainda que tramita na Semad, desde 2014, um pedido de licenciamento ambiental para um novo alteamento da barragem (mais 11 metros, passando da cota 933 para a cota 944), mas que o processo ainda não foi concluído.

Já o técnico do DNPM, Wagner Nascimento, informou que a barragem está segura e as obras que estão sendo feitas no local atendem às boas práticas de engenharia, o que não dispensa o acompanhamento, a fiscalização e o monitoramento continuados por parte do órgão. A Figura 4 apresenta as obras que estão sendo feitas na ombreira esquerda.

Figura 4: Obras de drenagem e terraplenagem na ombreira esquerda do “dique de sela”.



O promotor de Meio Ambiente da Comarca de Congonhas, Vinícius Galvão, informou que o órgão celebrou, em 2013, um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – com a CSN, para correções no alteamento da Barragem Casa de Pedra, que, na época, passou da Cota 922 para a Cota 933. O Ministério Público entendeu que havia falhas no processo de licenciamento e que estudos realizados por seu setor pericial verificaram a necessidade de várias adequações no empreendimento, como mudanças hidráulicas, reflorestamentos dos taludes, implantações de monitoramentos técnicos, etc.

Segundo o promotor, as modificações foram realizadas pela empresa, e esse TAC foi arquivado. À época previu-se, entre outros pontos, medida compensatória de R\$ 1,5 milhão, recurso que está sendo utilizado para a implantação, como medida socioambiental, do Asilo de Congonhas. O promotor ressaltou também que embora a CSN venha cumprindo todos os acordos firmados com o Ministério Público, a fiscalização continuará sendo executada. Para ele, é necessário que o órgão mantenha-se atento, tendo em vista a proximidade da barragem com um importante núcleo populacional da cidade.

O deputado Glaycon Franco destacou que as ações de monitoramento e fiscalização continuada das condições de estabilidade da barragem são muito importantes e devem ser rotineiramente efetuadas, a fim de garantir a segurança e a tranquilidade dos moradores de seu entorno.



Figura 5: Foto da visita.

O deputado lembrou também que se encontra em tramitação na ALMG o Projeto de Lei nº 3.676, de 2016, que dispõe sobre o licenciamento e a fiscalização das barragens de rejeito mineral e industrial no Estado. Salientou que é muito importante a existência de uma lei estadual específica para barragens de rejeitos, uma vez que Minas Gerais concentra quase a metade de todas as estruturas desse tipo no Brasil.

#### **Conclusão**

A visita cumpriu sua finalidade, que foi a de conhecer o complexo de barragens de rejeitos de minério de ferro da Mina Casa de Pedra, da empresa CSN, e verificar *in loco* as condições de estabilidade dessas estruturas e as medidas de segurança adotadas pela empresa e supervisionadas pelas autoridades responsáveis – Semad e DNPM – para proteção das populações do seu entorno e do meio ambiente.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2017.

Deputado Glaycon Franco, relator.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 27/9/2017**

Às 16h40min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Celise Laviola, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação das mulheres privadas de liberdade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Isabel Cristina de Lima Lisboa, superintendente do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac; Fabiana Leite, advogada e coordenadora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud/ONU em Alternativas Penais; Fernanda Vieira de Oliveira, advogada, coordenadora do projeto Solte Minha Mãe e representante do coletivo Pretas em Movimento; Michele de Castro Caldeira, psicóloga e doutoranda de psicologia da PUC Minas; Cristiane Pereira Leite, assistente social e coordenadora da Pastoral Carcerária, representando a assessora jurídica da Pastoral Carcerária; Duda Salabert, professora de literatura e presidente da ONG Transvest; e Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora parlamentar; e o Sr. Leo Campos Drumond, fotógrafo, sócio da agência Nitro Imagens, autor do livro Mães do Cárcere e presidente da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos de Minas Gerais. A presidência concede a palavra à deputada Celise Laviola, coautora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Em seguida, a presidente, deputada Marília Campos, também coautora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Marília Campos, presidente – João Leite – Mário Henrique Caixa.

#### **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Antônio Jorge (substituindo o deputado Fábio Cherem, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Leite. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e,

nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a violação da Lei Complementar nº 127, de 2013, que fixa a carga horária semanal de trabalho dos militares estaduais, e a possível prática de crime militar, previsto no art. 213 do Decreto nº 1.001, de 1969, por parte dos comandantes da 1ª Região da Polícia Militar e da 127ª Companhia do 22º Batalhão da Polícia Militar. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Geraldo Alves da Costa, solicitando, por meio do Fale com as Comissões, ajuda desta Comissão para a contenção da criminalidade no Município de Araçuaí. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 6.884, 6.885, 6.887, 6.888, 6.897 a 6.899, 6.912, 6.913, 6.988 a 6.990, 7.025 a 7.027, 7.033, 7.034, 7.048 a 7.050, 7.057, 7.083, 7.084, 7.088, 7.089, 7.094, 7.095, 7.115, 7.116, 7.130, 8.507 a 8.511, 8.569, 8.571, 8.576 a 8.578, 8.580 a 8.584, 8.586, 8.590, 8.603 a 8.607, 8.611, 8.620, 8.623, 8.626 a 8.628, 8.632, 8.637, 8.664 e 8.665/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.104/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Itueta, onde apenas cinco policiais militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo, e à disponibilização de viatura de grande porte e com compartimento de segurança para a unidade;

nº 10.122/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de bala aos policiais militares lotados no pelotão sediado no Município de Galileia;

nº 10.124/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Cuparaque, onde apenas seis policiais militares são responsáveis por todo o policiamento ostensivo da região;

nº 10.125/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de São Geraldo do Baixio, bem como à disponibilização de viatura, de grande porte e com compartimento de segurança, novos coletes à prova de bala, armamento e munições, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.220/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Alvarenga, bem como à disponibilização de viatura, de grande porte e com compartimento de segurança, além de novos coletes à prova de bala para a unidade;

nº 10.221/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Capitão Andrade, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de bala para a unidade;

nº 10.243/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os policiais militares que participaram de ocorrência em 27/9/2017, em Ipatinga, nos termos do Requerimento nº 8.856/2017;

nº 10.244/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater o teor do Memorando nº 044.3/2017-19º BPM, que estipula “escala de sobreaviso” para os policiais militares lotados nos destacamentos da região de Teófilo Otôni;

nº 10.245/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater os reflexos da falta de efetivo policial, notadamente em relação à garantia da supremacia de forças, princípio que há mais de dois séculos norteia os ensinamentos no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais;

nº 10.248/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Santa Rita, à disponibilização de viatura de grande porte e com compartimento de segurança para a unidade e à realização de treinamento dos policiais para uso de armamento longo;

nº 10.249/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Chácara, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.250/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Descoberto, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.251/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novas viaturas, de grande porte e com compartimento de segurança, para a 49ª Companhia, sediada no Município de Aimorés;

nº 10.252/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Goiabeira, onde apenas quatro policiais militares são responsáveis pelo policiamento ostensivo local; e seja disponibilizada viatura de grande porte e com compartimento de segurança, além de novos coletes à prova de balas, uma vez que os equipamentos ora utilizados pelos policiais militares encontram-se vencidos;

nº 10.253/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Pedro Teixeira, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.254/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Olaria, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.255/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novas viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, ao Município de Lima Duarte;

nº 10.256/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Santa Rita do Jacutinga, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.257/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novas viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, ao Município de Santa Bárbara do Monte Verde;

nº 10.258/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de bala e viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, ao Município de Rio Preto, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.259/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Belmiro Braga, bem como à disponibilização de novos coletes à prova de bala e viaturas de grande porte, com compartimento de segurança, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.260/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Chiador, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.261/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Simão Pereira, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.262/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Senador Cortes, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.263/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas à disponibilização de novos coletes à prova de bala aos policiais militares lotados no Município de Mar de Espanha;

nº 10.264/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Guarará, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.265/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Pequeri;

nº 10.266/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Maripá de Minas, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região;

nº 10.267/2017, dos deputados Sargento Rodrigues e Antônio Jorge, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências com vistas ao aumento do efetivo policial no Município de Rochedo de Minas, bem como à disponibilização de viatura de grande porte, com compartimento de segurança, e novos coletes à prova de bala, essenciais ao policiamento ostensivo da região.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Heder Martins de Oliveira, assessor parlamentar, representando o deputado federal Subtenente Gonzaga; 3º Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra/PMBM; e Michael André

Santos, diretor de Assuntos Institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CSCS –, representando o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, dia 4/10/17, às 11h30min e às 15h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Missionário Márcio Santiago.

#### **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017**

Às 11h14min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Anselmo José Domingos e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica que a partir do mês de outubro todas as reuniões da comissão serão transmitidas ao vivo no portal da Assembleia. Registra-se a presença do deputado Gustavo Valadares. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É convertido em diligência, a requerimento do relator, o Projeto de Lei nº 4.161/2017, no 1º turno, ao secretário de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais. O Projeto de Lei nº 4.191/2017 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.856/2016 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, votada em separado (relator: deputado Fábio Cherem), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.133, 8.154, 8.251, 8.293, 8.437, 8.440, 8.556, 8.573, 8.624, 8.629, 8.640, 8.643 e 8.757/2017. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.970/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.084/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado aos Ministérios dos Transportes e da Fazenda e à Secretária de Planejamento – Seplag – pedido de providências acerca da ampliação de recursos orçamentários e da manutenção dos hoje existentes destinados à obra de duplicação da Rodovia BR-381, dada a relevância e o significado dessa obra para o Estado e para o Brasil;

nº 10.085/2017, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao presidente da República pedido de providências acerca dos recursos destinados à obra de duplicação da BR-381, assegurados no orçamento da União, bem como sejam envidados todos os esforços necessários à ampliação e suplementação dos referidos recursos, objetivando a conclusão e o fiel cumprimento do cronograma da referida obra;

nº 10.086/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à bancada mineira no Congresso Nacional e ao Ministério de Transporte pedido de providências para a garantia da inclusão de novos recursos financeiros que venham a garantir a conclusão das obras de duplicação da BR-381, bem como para o fiel cumprimento do cronograma de sua conclusão na Lei Orçamentária, considerando a natureza estratégica da rodovia e sua relevância no cenário nacional;

nº 10.090/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Sr. Fabiano Martins Cunha, superintendente regional do Dnit, ofício solicitando que agende na assessoria da comissão uma data para comparecer a reunião ordinária que acontece às terças-feiras, às 11 horas, a fim de prestar informações sobre a atual situação das obras de duplicação da Rodovia BR-381 e a ponte que liga os Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo e o respectivo cronograma de serviços, tendo em vista o seu não comparecimento ou de representante à reunião realizada em 26/9/2017, que debateu esse assunto.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.929/2017, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a conservação e a manutenção de rodovias estaduais e estradas vicinais mantidas pelo Estado na região dos Municípios de Monte Carmelo, Coromandel, Abadia dos Dourados e Patrocínio;

nº 9.968/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Congonhas;

nº 9.969/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Olhos-d'Água;

nº 9.970/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Bocaiuva;

nº 9.971/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Claro dos Poções;

nº 9.972/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias urbanas no Município de Cláudio;

nº 9.973/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ouro Verde de Minas;

nº 9.974/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Águas Vermelhas;

nº 9.975/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Angelândia;

nº 9.976/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Araújos;

nº 9.977/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Aricanduva;

nº 9.978/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Bugre;

nº 9.979/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Buritis;

nº 9.980/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Buritizeiro;

nº 9.981/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Capitão Enéas;

nº 9.982/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Campanário;

nº 9.983/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Caputira;

nº 9.984/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Carangola;

nº 9.985/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Caratinga;

nº 9.986/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Carlos Chagas;

nº 9.987/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Chapada do Norte;

nº 9.988/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Cordisburgo;

nº 9.989/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Coronel Fabriciano;

nº 9.990/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Cristália;

nº 9.991/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Delfinópolis;

nº 9.992/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Divinolândia de Minas;

nº 9.993/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Dom Silvério;

nº 9.994/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Francisco Sá;

nº 9.995/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Felisburgo;

nº 9.996/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Formoso;

nº 9.997/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Guidoal;

nº 9.998/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Iapu;

nº 9.999/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ibiracatu;

nº 10.000/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Inhapim;

nº 10.001/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ipaba;

nº 10.002/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itabirito;

nº 10.003/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itabirinha;

nº 10.004/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itacarambi;

nº 10.005/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Itamarandiba;

nº 10.006/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Janaúba;

nº 10.007/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Januária;

nº 10.008/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Joáima;

nº 10.009/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de João Pinheiro;

nº 10.010/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de José Gonçalves de Minas;

nº 10.011/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Juiz de Fora;

nº 10.012/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Lagoa da Prata;

nº 10.013/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Lontra;

nº 10.014/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Luislândia;

nº 10.015/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Mariana;

nº 10.016/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Manga;

nº 10.017/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Manhumirim;

nº 10.018/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Morada Nova de Minas;

nº 10.019/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Montes Claros;

nº 10.020/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Nacip Raydan;

nº 10.021/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Nova União;

nº 10.022/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Nova Porteirinha;

nº 10.023/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Novorizonte;

nº 10.024/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Ouro Preto;

nº 10.025/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Padre Paraíso;

nº 10.040/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Arinos;

nº 10.041/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Barbacena;

nº 10.042/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Barra Longa;

nº 10.043/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Belo Horizonte;

nº 10.044/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à liberação de recursos para a pavimentação asfáltica de vias no Município de Berizal;

nº 10.048/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao diretor de operações da Vivo Telecomunicações, em Piranga, pedido de informações sobre o mau funcionamento das redes de telefonia móvel e internet nesse município;

nº 10.049/2017, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Vivo Telecomunicações, em Piranga, pedido de providências para melhoria do sinal das redes de telefonia e internet nesse município;

nº 10.055/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para debater a respeito do novo prazo concedido para realização de investimentos das concessionárias nas rodovias BRs 050, 060, 153 e 262 no Estado de Minas Gerais;

nº 10.057/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater o novo prazo concedido para a realização de investimentos das concessionárias nas Rodovias BR-050, BR-060, BR-153 e BR-262 no Estado de Minas Gerais;

nº 10.126/2017, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que sejam realizadas obras de asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Itamuri a Belisário, no Município de Muriaé;

nº 10.129/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, para debater as obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a possibilidade de criação de um terminal rodoviário no local;

nº 10.130/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública para debater as obras do Aeroporto Internacional Tancredo Neves e a possibilidade de criação de um terminal rodoviário no local.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Gustavo Santana – Duarte Bechir.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017**

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade, Fábio Avelar Oliveira e Antonio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica que, a partir deste mês, todas as reuniões da comissão serão transmitidas no portal da Assembleia e comunica ainda o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel (15/9/2017), e Eunício Oliveira, presidente do Senado Federal (28/9/2017). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.592/2016 na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Antonio Carlos Arantes em virtude de redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.165/2017 (relator: deputado Fábio Avelar Oliveira), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.609, 8.612 e 8.622/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.916/2017, do deputado Anselmo José Domingos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a construção do estádio do Clube Atlético Mineiro;

nº 10.046/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto do governo do Estado relativo à planta de grafeno, material leve, resistente, flexível, de inúmeras aplicações para as indústrias do futuro, seja na área de tecnologia ou na cadeia mineral;

nº 10.240/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada visita da Comissão de Desenvolvimento Econômico a sede da Fábrica da Helibras, no Município de Itajubá, para conhecer a linha de montagem de helicópteros e o centro de engenharia da indústria.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Bráulio Braz – Bosco.

**ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/10/2017**

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Nozinho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antonio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente avoca a relatoria da visita à Escola Estadual Pestalozzi e comunica a redistribuição das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 3.791/2016, em turno único (deputado Duarte Bechir), e Projeto de Lei nº 1.859/2015, no 1º turno (deputado Nozinho). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.791/2016. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.788/2017. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.156/2017. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.218/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita ao Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para o melhor atendimento à pessoa com deficiência;

nº 10.219/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação da Apae de Belo Horizonte e a necessidade de regularização do repasse de recursos referentes aos convênios Casa Lar e Equipar, firmados com o governo do Estado por meio da Sedese;

nº 10.234/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Doutor Amaro Neves Barreto, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento à pessoa com deficiência;

nº 10.236/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita à Escola Estadual Sandra Risoleta de Lima Hauck, no Município de Belo Horizonte, para conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento à pessoa com deficiência;

nº 10.268/2017, dos deputados Duarte Bechir e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita à Escola Estadual de Educação Especial Mariana Marques, no Município de São Sebastião do Paraíso, para conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento à pessoa com deficiência;

nº 10.269/2017, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada visita à Associação Pestalozzi de Minas Gerais, no Município de Ibitiré, para conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhor atendimento à pessoa com deficiência.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir os cidadãos presentes. Foi ouvida a Sra. Wilma de Oliveira Dias, membro da diretoria da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais –Adeomg. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Arnaldo Silva.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACERTO DE CONTAS ENTRE MINAS E A UNIÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/10/2017**

Às 10h15min, comparece no Auditório Sr. Zezinho – Câmpus do Unileste, em Coronel Fabriciano, o deputado Celinho do Sinttrocel (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as questões relativas ao acerto de contas entre o Estado e a União. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, diretora-presidente da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais, e Maria Conceição de Oliveira Marinho, vice-prefeita de Mesquita; e os Srs. Tiago Anildo Pereira, procurador do Estado – Advocacia Regional do Estado em Ipatinga; Valdézio Silveira Silva, vice-prefeito de Santana do Paraíso, representando a prefeita; Marcos da Luz Evangelista Lima Martins, vereador de Coronel Fabriciano; Jovane Duarte Menezes, prefeito de Braúnas; Edivaldo Aparecido de Araújo, presidente da Câmara Municipal de Mesquita; Geraldo dos Reis Neves, prefeito de Itaba; Francisco de Assis Simões Thomaz, ex-prefeito de Coronel Fabriciano e ex-deputado estadual; e Adriano Costa Alvarenga, presidente da Câmara Municipal de Timóteo. O presidente, na qualidade de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2017.

Anselmo José Domingos, presidente – Rogério Correia – Cabo Júlio.

**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/10/2017**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões o Arnaldo Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arnaldo Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que considera aprovada, e a subscreve. A presidência suspende a reunião por prazo indeterminado. Retomam-se os trabalhos da comissão e registra-se a presença dos deputados Dalmo Ribeiro Silva e Duarte Bechir. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater a situação da Apae de Belo Horizonte e a necessidade de regularização no repasse de recursos referente aos Convênios Casa Lar e Equipar, firmados com o Governo do Estado de Minas Gerais por meio da Sedese. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Ricardo Hernande Lacerda Gonçalves de Oliveira, vice-corregedor do Setor de Processos do CRM-MG, publicado no *Diário do Legislativo*, em 21/9/2017. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Tatiane Patrícia dos Reis Sansão, diretora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, representando a secretária de Estado, Judith Maria de Magalhães Monteiro, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte – Apae, e Leda Maria de Mello Coimbra, diretora de patrimônio da Apae Belo Horizonte; e o Sr. Jarbas Feldner de Barros, coordenador da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, representando o presidente. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Nozinho – Ione Pinheiro.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017**

Às 9h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e Missionário Marcio Santiago, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados João Leite e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a política carcerária do Estado, em especial as demandas dos agentes prisionais e socioeducativos. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do vereador Mateus Simões, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhando solicitação para que a comissão convoque o Cel. PM Winston Coelho Costa para prestar esclarecimentos sobre a negativa de fornecer à referida câmara municipal as imagens das câmaras do “Olho Vivo”, desqualificando a competência dos vereadores para a solicitação das informações e o direito de acesso a elas. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofício da Sra. Fernanda de Paula Silva, promotora de justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Várzea da Palma; e do senador Eunício Oliveira, presidente do Senado Federal (28/9/17); José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário de Estado da Fazenda (5/10/17). A matéria constante na 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia) da reunião não é apreciada por falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Warlene Salum Drumond Rezende, subsecretária de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, representando Helvécio Miranda Magalhães Júnior, secretário; e os Srs. Carlos Alberto Menezes de Calazans, assessor de gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Danilo Emanuel de Oliveira Santos de Tremínio Salas, subsecretário de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Allan Wilter Ferreira, delegado sindical de Uberlândia do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais – Sindasp –, representando Adeilton de Souza Rocha, presidente; Alex Batista Gomes, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais – Unimasp; Alexsander Luiz, secretário da Associação Mineira dos Agentes e Servidores Prisionais do Estado de Minas Gerais – Amasp –, representando Diemerson Souza Dias, presidente; José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo; e Carlos Viana, jornalista. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, em 11/10/2017, às 10 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente – Cabo Júlio – Antonio Jorge.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 17/10/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)****(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.014/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.391/2017, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente pedido de informações sobre a situação dos licenciamentos ambientais referentes às obras de duplicação da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 47/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Tarcísio Dayrell Neiva para o cargo de presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 48/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Girlaine Figueiró Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 49/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria do Carmo Menicucci de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 50/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria da Glória Ferreira Giudice para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 51/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Eduardo de Oliveira Chiari Campolina para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 53/2017, feita pelo governador do Estado, do Sr. Gustavo Henrique Escobar Guimarães para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## **2ª Fase**

### **(das 16h15min em diante)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 17/10/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.636 e 8.919/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.638/2017, do deputado Ulysses Gomes; 8.953/2017, do deputado Emidinho Madeira; e 9.008/2017, do deputado Gil Pereira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/10/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/10/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/10/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/10/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.344/2017, do deputado Gilberto Abramo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/10/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/10/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Arnaldo Silva, Cristiano Silveira, Dirceu Ribeiro, Gustavo Valadares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2017, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência de convidados, debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 412/2009, que altera o § 1º do art. 144 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização da Polícia Federal, por ocasião do lançamento da Frente Mineira em Defesa da Autonomia da Polícia Federal, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2017.

João Magalhães, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Marília Campos e Rosângela Reis e os deputados Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/10/2017, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação precária em que se encontra a Bacia do Rio Fanado, nos Municípios de Angelândia, Capelinha, Turmalina e Minas Novas, no Alto Jequitinhonha.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2017.

Doutor Jean Freire, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/10/2017, às 9h30min, no Município de Ilícinea, com a finalidade de, em audiência pública, debater os altos índices de criminalidade no referido município e de receber, discutir e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO****CORRESPONDÊNCIA**

– O 1º-secretário despachou, em 11/10/2017, a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Sr. Ezequiel Novais Neto, chanceler do Círculo Monárquico de Montes Claros, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.780/2017, do deputado Carlos Pimenta.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.769/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.772/2016, da Comissão de Participação Popular.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.804/2016, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.834/2016, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.625/2016, do deputado Tito Torres.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.641/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 6.642/2017, da Comissão de Educação.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.810/2017, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.812/2017, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 7.820/2017, da Comissão de Saúde.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/10/2017

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde. Gostaria de parabenizar o deputado Fabiano Tolentino por ter colocado aqui que temos de instalar uma CPI sobre a Copasa.

Quero falar, Sr. Presidente, que toda Minas Gerais, hoje, está sofrendo com a Copasa. Estamos vendo falta de água em várias cidades. Falo aqui o que já falava antes. Falei várias vezes sobre a falta de água em Visconde do Rio Branco, a falta de água em Ubá e a briga toda que existe nessa cidade. Ubá, hoje, pede, mais uma vez, atenção do governo de Minas por causa da falta de água. Estamos vendo em Ubá, uma cidade grande, desenvolvida, com um povo que trabalha com honestidade, a água indo na carroceria de caminhonete, em galão de água. Não foi feito estudo, e eu já falava aqui sobre a falta de água, no ano passado e no retrasado, em Ubá. A gente vem falando, e não se toma nenhuma providência. A população de Ubá não aguenta mais esse problema da falta de água.

Ontem, recebi aqui vereadores de Joáima. Joáima é uma cidade onde a população, hoje, paga esgoto, mas não tem esgoto. O pouco esgoto que é tratado tem um mau cheiro absurdo, e a população paga esgoto. Quando falo 10 vezes que a população paga...

Os vereadores Tatinha do Ipê, Biribita, Serginho Sabão, Neguinho do Giru e Nenem de Marlowe irão, nos próximos 10 dias, ao Ministério Público Federal, para tratar da questão do meio ambiente. O que acontece em Joáima? Do esgoto que é tratado a Copasa não vem cuidando; e pelo esgoto que não é tratado, a população tem de pagar.

E o esgoto está indo para o rio. Ninguém aguenta crime ambiental. Os vereadores retornarão a Belo Horizonte para irem ao Ministério Público Federal mostrar essa necessidade.

Estamos entrando com um projeto nesta Casa. O que acontece em Joáima, onde a população paga pelo serviço de tratamento de esgoto mas não o recebe, acontece também em várias cidades de Minas Gerais. E isso não é apenas deste governo, mas de vários outros que governaram Minas. Temos de mudar isso agora, pois a população só pode pagar pelo tratamento de esgoto devido. A Copasa está fazendo como se faz nas estradas, com a taxa de exploração do pedágio. A Copasa recebe o dinheiro e não faz a obra. A população paga pela obra, mas ela para. Então estamos entrando com um projeto nesta Casa para que o esgoto seja cobrado só se houver o seu tratamento. Não é justo a população de Joáima pagar o serviço e não recebê-lo. A Copasa tem de pensar duas vezes, e esta Casa terá de interferir nisso.

Volto a parabenizar o deputado Fabiano Tolentino pela iniciativa de criar uma CPI nesta Casa para mostrar o que está acontecendo. Não interessa se é governo, se é oposição, se é daqui ou dali, se é em cima do muro, se é no bloco dos mamadores. Não interessa. Temos de lembrar que a população paga o serviço, mas não o recebe. Várias e várias cidades já foram prejudicadas, inclusive cidades grandes, porque a Copasa recebe o dinheiro e deixa o esgoto a céu aberto, indo para as nascentes, indo para os rios. E fica assim.

O deputado João Leite (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr. V. Exa. traz um tema muito importante, mas queria compartilhar a dor de todos nós, mineiros, em relação à tragédia acontecida hoje em Janaúba, Minas Gerais. Já há a informação de que três crianças da creche morreram e de que o Hospital de Janaúba não tem condição de prestar atendimento às vítimas. Muitas estão sendo levadas para Montes Claros, que fica a 135km.

Deputado Alencar, ontem, eu e os deputados Carlos Pimenta e Antônio Jorge fomos fazer uma visita ao Hospital João XXIII. O hospital está abandonado. Estamos vendo pelas notícias que 22 pessoas têm queimaduras graves, e a referência de Minas Gerais para esse tipo de atendimento é o Hospital João XXIII, mas, desde quinta-feira passada, não tem água quente lá, porque uma caldeira estourou. Não tem fralda, os doentes estão envolvidos em lençóis. Falta tudo no Hospital João XXIII. A Anac determinou a interdição do local onde o helicóptero pousa, porque a pintura está desgastada. O Hospital João XXIII está abandonado.

Lamentamos a situação da saúde no Estado de Minas Gerais. Mais grave é o que disseram ao deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde: “Quem determina o gasto do Hospital João XXIII é o secretário de Planejamento, e não o diretor do hospital”. Imaginem, há um tomógrafo lá destruído. Não há tomógrafo para os casos mais graves. Eu e a Comissão de Saúde vimos que os corredores do Hospital João XXIII estão lotados. Deputado Carlos Pimenta, agora as crianças feridas de Janaúba chegarão de helicóptero, e não há o mínimo no Hospital João XXIII. É uma irresponsabilidade.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Eu ia deixar para falar depois sobre a questão das famílias de Janaúba, já que o deputado Carlos Pimenta fará um relato sobre os problemas da saúde, e, no seu pronunciamento, logo após o meu, ele também solicitaria esse minuto de silêncio, deputado João Leite.

Parabenizo o presidente por ter cancelando sua agenda. A televisão tem muito a ver com essas situações no Brasil, quando ela mostra as tragédias lá de fora. Agora estamos vendo pessoas fazendo essas maldades aqui ou tentando fazê-las. Hoje tenho certeza de que isso se deve muito ao que é divulgado na TV.

A cidade de Joáima e os vereadores estão solicitando, com urgência, a resolução de um dos problemas da Copasa. E quero repetir o nome dos vereadores que aqui estão e que estarão no Ministério Público Federal pedindo providências, porque não se pode pagar por um serviço e não recebê-lo. Não se pode pagar por um serviço e perceber mau cheiro em várias partes da cidade. A população sofre com a situação do esgoto. Não se pode pagar por um serviço e ver o esgoto sendo jogado num rio. Isso é crime ambiental.

O Tatinha do Ipê, o Biribinha ou **Biribita**, o Neguinho do Giru, o Serginho Sabão e o Nenem de Marlowe são vereadores que estarão na Assembleia Legislativa e irão até o Ministério Público Federal.

Sr. Presidente, faltando ainda 3min14s, tenho de lembrar que a decepção no Brasil hoje é muito grande. Venho falando isso. A reforma política não existe, pois mudou o quê? Nada. Tentaram fazer uma reforma política, falaram que ela seria feita, brincaram com o povo brasileiro, criaram expectativa, e nada mudou. “Ah, vão acabar com a coligação em 2020”. Em 2020, vão passar para 2030, 2040, 2050. Isso tinha de ser feito agora. Uma constituinte exclusiva – repito – é necessidade imediata, sem a Câmara Federal, sem deputados, sem homens públicos. Vamos fazer com a sociedade organizada uma constituinte exclusiva, para mudar os destinos do Brasil. Uma reforma partidária é necessária, pois não pode existir essa quantidade de partidos que existem hoje. Como vai ficar a situação? Para as próximas eleições, nada mudará.

O deputado do PTdoB falava comigo outro dia: “A solução é uma só, o fundo partidário”.

Tire salários, tire 3% de cada deputado e de cada servidor público do recrutamento amplo, crie um fundo para ser gasto em eleição no futuro. Aí nós vamos tirar o chapéu para essa iniciativa. Não podemos mais ter eleições a cada dois anos. No ano passado tivemos eleições, no ano que vem teremos novamente. Vejam o custo! Temos de unificar as eleições.

Vamos subir a esta tribuna e fazer um levantamento, mostrar o que o deputado esperava, o que o Brasil esperava. Agora estão falando do distritão. A população nem sabe o que é esse distritão, que não foi explicado direito. Uma pessoa esclarecida me disse que aqui em Belo Horizonte haverá um distrito; em Contagem, outro. Não é nada disso! O distrito é Minas Gerais, os 77 deputados mais votados ficariam sentados aqui, o que não é injusto. Temos deputado com 20 mil votos aqui dentro e deputado com 60 mil votos do lado de fora. Lá em Brasília o Tiririca é o grande astro dos votos e levou seis deputados com ele, ou seja, ele tem voto, o resto, não. Precisamos ter compromisso com a população. O Tiririca tem seus votos, e outros se elegem. É isso o que deve ser explicado à população, que deve ir às ruas agora. É isso o que ela deve fazer.

Quero lembrar que tenho oito mandatos, farei 30 anos de vida pública no ano que vem. E o que mudou nesse tempo? Nada. E, do jeito que está, o que pode mudar? Nada. Então, temos de bater nessa tecla e lembrar que deputado é para legislar e fiscalizar, e não para dar emenda a ninguém. Se faltar emenda para fazer hospital, a obrigação será do governo. O governo federal tem de mandar recursos para as assembleias cuidarem da educação, da saúde, da segurança pública. E deputado tem de ficar aqui fiscalizando e fazendo boas leis, não deixando o governo estourar, como está acontecendo. Vamos falar sobre isso nos próximos dias e mostrar como está a situação, o que fizeram, o que eu e toda a população esperamos: constituinte exclusiva, unificação das eleições, fim dos partidos políticos. Agora o candidato pouco votado vai correr atrás, tentar pegar um partidinho e chegar, pois as legendas serão vendidas, e ele ainda ouvirá: “Venha para cá, dê R\$2.000,00 agora e será um candidato com chance de eleição, porque aqui nós precisamos de pouco voto. O nosso partido precisa de pouco voto para nos eleger, você vai pagar R\$2.000,00, R\$3.000,00, R\$5.000,00, R\$10.000,00”. E ficam nesse papo furado.

O povo brasileiro não merecia essa reforma que foi feita; o povo brasileiro não merecia de jeito algum o que fizeram em Brasília. É preciso mudar. Perguntem a este deputado o que vai mudar. Nada! Principalmente nas pequenas cidades, onde o que vale é a ponte que caiu, e o cara vai levar dinheiro. Se está faltando ambulância, o deputado a leva lá, mas vota em Brasília; leva o carro lá, e o povo ainda pensa: “Olhem, ele trouxe ambulância. Muito obrigado, deputado”. Mas se esquece que é obrigação do governo dar ambulância.

Agora o governo está dando 3km a 5km de asfalto, presidente, para todas as cidades de Minas Gerais. Aí o deputado que está chegando diz: “Fui eu quem pedi”. Sabem o que fiz? Mandei a notícia para todas as cidades: Atenção: o governo vai soltar, a pedido de todos, de 3km a 5km de asfalto. Mas isso não é pedido de nenhum deputado. Os 853 municípios vão ganhar. Mas deputado da base de governo vai dizer que está levando o asfalto. Está levando nada! O governo terá de dar asfalto para todo mundo e está agindo assim porque já está fazendo campanha para melhorar.

Vou falar agora apenas uma coisa a vocês: o Brasil tem de mudar, tem de ser passado a limpo, tem de unificar as eleições, tem de fazer uma constituinte exclusiva, além de dar fim às reformas partidárias e às emendas parlamentares. Por quê? A pessoa é eleita para legislar e fiscalizar. Repito mais uma vez: deputado é legislador, não é executor.

Quem faz obra é o Executivo. O governo federal tem de ser como vemos na América. É preciso que o governo federal libere o recurso, que vem para Minas Gerais e daqui para cada município, a fim de cuidar da educação, da saúde e da segurança pública. É isso que esperávamos nessa reforma política.

Mais uma vez, parabênzo V. Exa., presidente, por deixar os seus afazeres hoje, a sua agenda e estar aqui numa hora triste nesta Assembleia, presidindo esta Casa mais uma vez. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta\* – Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, Srs. Deputados aqui presentes, senhoras e senhores, já apresentamos aqui os nossos sentimentos e foi realizado 1 minuto de silêncio em pesar pelas crianças que faleceram vítimas de uma tragédia na cidade de Janaúba nesta manhã. O Norte de Minas está chocado, bem como o Estado de Minas e o nosso país.

Uma creche municipal, com as crianças que vão ali em busca de um conforto, um local que as famílias têm para deixar os seus filhos, foi invadida por uma pessoa que, por um motivo ou outro, uma insatisfação que não justifica em absoluto o ato cometido, colocou fogo no seu próprio corpo e, não contente, encharcou as crianças também de um líquido combustível, ateando fogo nelas também. Pelas informações, cinco criancinhas foram mortas no local e muitas outras foram socorridas pelo Samu, pelo hospital de Janaúba, encaminhadas para o hospital de Montes Claros, e algumas delas, após receberem os primeiros socorros, encaminhadas para o Hospital João XXIII, aqui na capital.

Então, fico doído neste momento, não por trazer essa notícia, pois não sou portador de notícias ruins, mas fico chocado. Prestamos nossa solidariedade às vítimas, às famílias, ao povo querido da cidade de Janaúba, uma próspera cidade do Norte de Minas, com mais de 60 mil habitantes, distante 120km de Montes Claros, a maior cidade da região da Serra Geral de Minas, e expressamos a dor no nosso coração. Um ato desses choca e traz dor a todos. Nada pode consolar as famílias das pessoas que perderam os seus filhos e que estão passando por uma dificuldade tão grande.

Trago a inteira solidariedade deste deputado, deste Parlamento, do povo de Belo Horizonte, do povo mineiro da cidade de Janaúba. Vemos isso nas grandes catástrofes que estão ocorrendo por aí. Recentemente aconteceu em Las Vegas uma tragédia em que um maluco matou mais de 50 pessoas atirando de um hotel. Isso é motivo de trauma para todo mundo, para toda a humanidade. O fato de Janaúba também se reveste desse sentimento pelo qual estamos passando agora.

Queremos chamar a atenção, não aproveitando esse fato, mas, coincidentemente, estivemos ontem visitando o Hospital João XXIII pela Comissão de Saúde. Estamos fazendo essas visitas regulares a todos os hospitais de Belo Horizonte.

A comissão já esteve em várias cidades fazendo visitas. Fizemos audiência pública em São Sebastião do Paraíso; em Bocaiuva fizemos duas audiências determinadas pelo presidente Adalclever. Eu e os membros da comissão estamos fazendo visitas a várias cidades para apurar as denúncias do sucateamento da saúde pública que se instalou neste país. Anteontem estivemos no hospital de pronto-socorro João Paulo II, antigo Centro Geral de Pediatria – CGP. Esse hospital tem 60 anos de idade e presta um trabalho fantástico ao povo da nossa capital e ao povo de Minas Gerais. São 500 internações por mês no Hospital João Paulo II. É um hospital envelhecido com o tempo, mas também esquecido pelas várias autoridades ao longo dos anos. Um hospital que presta um bom serviço devido ao altruísmo dos médicos, dos enfermeiros, dos serventes, dos auxiliares de enfermagem, que atendem a população com carinho muito grande. Já disse isso em meu pronunciamento há dois dias.

Queria convidar qualquer um dos senhores que aqui estão, queria convidar qualquer uma das pessoas que moram em Belo Horizonte para testemunhar de perto, ao vivo, o que se faz no Hospital João Paulo II, porque é impressionante. É um hospital em que

falta pintura nas paredes, falta recomposição do piso, falta ar-condicionado no centro de esterilização; um hospital que tem os quatinhos pequenos, tem 16 crianças com doenças graves, doenças terríveis que acometem o sistema respiratório, e elas estão entubadas ou traqueostomizadas, respirando com ajuda de aparelhos; mas é um hospital que lança um programa de atendimento domiciliar para atender as crianças que não têm condições de ir até lá. E essa equipe mantém os aparelhos nas casas das crianças, com profissionais, que vão lá diariamente dar assistência. É um hospital que tem um CTI dos mais abençoados que a gente possa imaginar, porque falta tudo. Vemos lá as crianças sendo bem tratadas, as famílias sendo bem atendidas. Além disso, o hospital tem 97% de aprovação das pessoas que vão até lá. O hospital fica perto do Hospital do Ipsemg, perto do João XXIII.

Estou citando esse fato para mostrar o esforço que estamos fazendo de ir, de atender os médicos, de atender a direção, de receber as demandas, as reclamações, as solicitações, e fazer com que todas essas reclamações, essas reivindicações possam chegar ao secretário de Saúde e ao governador do Estado. É um hospital que tem um anexo, que iniciou sua construção há nove anos e que está praticamente pronto por dentro, mas precisando de equipamentos e de acabamentos por fora. O valor desse anexo é de apenas R\$10.000.000,00, 1/5 do que a Polícia Federal encontrou no apartamento do Geddel, 1/5 daquelas malas de dinheiro lá do apartamento do Geddel. Isso é impressionante. Há nove anos o João Paulo II precisa de recursos para terminar uma obra, para consertar as portas dos quatinhos, que estão danificadas, estragadas. Essa foi a visão que tivemos do João Paulo II.

Ontem estivemos no João XXIII. Vou dizer uma coisa a vocês: sou médico-cirurgião formado há 38 anos pela faculdade de medicina de Montes Claros, da Unimontes, uma universidade estadual, uma das melhores deste país; trabalhei durante anos no pronto-socorro como médico-cirurgião e também em posto de saúde. Ontem visitei o João Paulo II e saí mais do que triste e mais do que estarecido. Tive vontade de chorar quando vi o maior pronto-socorro de Minas Gerais e do Brasil, um dos melhores pronto-socorros da América do Sul, ganhador de todos os prêmios de excelência e de atendimento, um hospital sobre o qual as pessoas diziam: “Caixeta, se eu tiver um dia um acidente, por favor, levem-me para o Hospital João XXIII, para o pronto-socorro de Belo Horizonte”. E tem que levar mesmo, porque ali estão as melhores equipes de cirurgiões, de neurocirurgiões e de socorristas. Quando chega um acidentado na porta de entrada daquele hospital, as equipes têm três minutos para socorrer o politraumatizado, para levá-lo para ser entubado, para levá-lo à sala de ressuscitação. É uma beleza o corpo clínico do Hospital João XXIII.

Falo novamente triste, com o coração doído com o que aconteceu em Janaúba e doído com o que vi no João XXIII: o que estão fazendo com o nosso pronto-socorro, o que está acontecendo com o hospital é algo de cortar nosso coração. O hospital, como disse o João Leite – e não tenho nenhuma reserva em dizer – não tem água quente para dar banho nos pacientes. Lá tem duas caldeiras novas, uma aquecida por gás, mas a empresa fornecedora de gás teve que cortá-lo por falta de pagamento. A outra caldeira – Alencar e Gustavo Corrêa, vocês dois moram em Belo Horizonte – é aquecida por óleo diesel e está parada porque foi cortado o fornecimento de óleo ao João XXIII por falta de pagamento. Os monitores cardíacos de lá, quando estragam, vão sendo encostados, porque não há recurso para manutenção. A TV Assembleia filmou – está documentado – uma sala com dezenas de monitores cardíacos encostados, porque faltam peças. Não podem fazer uma licitação para comprá-las, pois dependem da Seplag – a licitação não sai antes de seis meses.

O Hospital João XXIII está dessa maneira. Ele usa mil fraldas diárias para os idosos, para as crianças, mas ontem, no estoque, não havia uma fralda sequer para atender à demanda diária. Nas portas da sala de politraumatizados do hospital, já começam a formar as famosas filas de corredores com macas, com cadeiras, com pessoas acidentadas no trânsito que estão esperando leito para receber os primeiros socorros. Essa é a saúde pública do nosso Estado.

Não quero aqui descobrir culpados. A culpa é de todo mundo. Mas é muito importante, Sr. Presidente, que o secretário de Saúde se encha de brio.

Ele tem de tomar uma posição urgentemente, porque todos os dias fecha-se um hospital em cidades de Minas Gerais. Todos os dias há uma romaria de prefeitos a esta Casa, lutando por uma emenda de R\$50.000,00, lutando para receber uma ambulância, um socorro. Mas acontecer isso com o Hospital João XXIII é o fim da picada.

O ministro da Saúde, Sr. Ricardo Barros, tem até um título de Cidadão Honorário a lhe ser dado por esta Casa, não sei a requerimento de quem. Mas eu estive com ele em Brasília, e ele falou todo pomposo em uma audiência: “Em menos de um ano no meu governo como ministro de Estado, eu consegui economizar R\$5.000.000.000,00 na saúde pública”. Que coisa terrível, pois à custa de quantas vidas foram economizados R\$5.000.000.000,00 na saúde pública de Minas Gerais? Pode-se economizar um centavo na saúde pública? É claro que não.

Está aí o sucateamento. Está aí a Prefeitura Municipal de Janaúba, que ao receber essas vítimas, não tinha sequer o básico necessário para atender as crianças queimadas. Estamos vendo o povo morrer nas filas dos nossos hospitais, o povo ser humilhado em Minas Gerais e em todo o Brasil. E vem esse ministro dizer que economizou R\$5.000.000.000,00. Ele deveria ter um pouco de caridade ao fazer uma afirmação dessa. Estamos vendo a luta do governo do Estado, a luta dos prefeitos em busca de soluções, em busca de ajuda e de socorro. E vemos o exemplo maior do sucateamento da saúde pública do nosso Estado no símbolo do atendimento de urgência e emergência do povo mineiro, o HPS, que não tem água quente para dar banho nos seus doentes nem fraldas para atender as necessidades de seus doentes. É triste a saúde de Minas Gerais.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa\* – Boa tarde a todos os senhores e senhoras e parlamentares. Quero iniciar minha fala me solidarizando com as famílias das vítimas dessa tragédia ocorrida na manhã de hoje no Município de Janaúba. Como disse o deputado Carlos Pimenta, a notícia chocou não apenas o nosso estado, mas todo o nosso país. Atitudes como essa nos deixam pensativos, levam-nos a uma reflexão maior para tentar entender o que se passa na cabeça de um cidadão que, possivelmente em um momento de loucura e desespero, acaba tirando a vida de tantos jovens que no dia de amanhã poderiam dar orgulho ao nosso estado e ao nosso país.

Ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Carlos Pimenta, que me antecedeu. Eu ia fazer um pronunciamento na tarde de ontem para falar sobre os problemas que a saúde no nosso estado vem enfrentando.

O fato é que muitas das vítimas da tragédia ocorrida na manhã de hoje poderiam ter recebido um primeiro socorro se o Hospital Regional de Janaúba estivesse recebendo os recursos para o seu custeio. Mas, infelizmente e por irresponsabilidade deste governo, os cortes na saúde têm sido feitos diariamente. Já não aguento mais escutar várias vezes, todos os dias, – e tenho certeza de que o mesmo acontece com todos os parlamentares desta Casa – que o Estado de Minas Gerais não tem feito para os municípios os repasses referentes ao custeio da saúde. Se não me engano, a Associação Mineira dos Municípios já fez um levantamento em que constatou que o Estado deve mais de R\$2.000.000.000,00 aos municípios mineiros. Vários postos de saúde estão sem absolutamente nada para atender à população.

O deputado João Magalhães sabe muito bem, até porque é votado em todo o Estado, das dificuldades que os prefeitos vêm enfrentando. Mas, para minha tristeza, este governo ainda tem a cara de pau de dizer que vai quitar as dívidas com os municípios. Sabemos que o governo não cumprirá esse compromisso, porque ele é irresponsável. Há 15 dias, em uma reunião da AMM no Município de Guidoal, alertei aos mais de 45 prefeitos que lá estavam para que cobrem dos seus deputados, que façam críticas e cobranças ao governo e que parem de achar que o governo está uma maravilha. O pior é que, como fez questão de dizer o deputado Alencar da Silveira Jr., esse governo, pensando na sua reeleição, está lançando agora um projeto, copiado dos governos passados, que vai possibilitar que os municípios mineiros recebam de 3km a 5km de asfalto. Mas pergunto ao governador: em vez de gastar dinheiro com asfalto, por que o senhor não quita primeiro a sua dívida com os municípios mineiros nas áreas de saúde e transporte escolar? Por

que não para de pegar o dinheiro do ICMS dos municípios para cobrir a folha de funcionários, e tenta cumprir a sua programação de escalonamento de salários?

É um governo que nada faz desde que chegou ao Palácio da Liberdade ou à Cidade Administrativa. Falei no Palácio da Liberdade, porque, por pirracinha com os governos passados, o governador despacha apenas no Palácio da Liberdade, ou seja, em vez de fazer o que precisa ser feito para cortar o custo da máquina pública, ele onera ainda mais o Estado, porque tornam-se necessárias estruturas no BDMG, no Palácio da Liberdade, na Cidade Administrativa, no prédio da Cemig e por aí afora. E para quê? Para colocar lá a companheirada política ganhando altos salários e contribuindo mensalmente para o Partido dos Trabalhadores. Quanto aos cortes que precisam ser feitos, nada...

E ainda há deputado indo aos municípios mineiros para dizer aos prefeitos que foi ele que arrumou o asfalto. Estou esperando para ver. Serão tantos deputados a conseguir asfalto que vão acabar asfaltando o Estado de Minas Gerais inteiro! E nada de quitar os R\$2.000.000.000,00 devidos à área da saúde. É isso aí.

Então, as vítimas da tragédia de hoje foram mandadas para o Hospital João XXIII, que, como os deputados João Leite e Carlos Pimenta fizeram questão de dizer, não tem nem água quente para os pacientes. Como mandar as vítimas para cá?

Mas, para fazer média política, o governador pegou um avião e já foi para Janaúba dizer que está se solidarizando com as vítimas. Ele devia aproveitar e levar uma mala de dinheiro para pôr no caixa do município, a fim de que o próprio município preste o atendimento necessário. Este governo é irresponsável. Todos os dias ele vai às redes sociais e aos órgãos de imprensa dizer que pegou uma dívida do governo passado, ou melhor, que o problema é dos governos passados, que deixaram uma dívida de R\$2.000.000.000,00. Só que este governo não conseguiu diminuir essa dívida; pelo contrário, ela está aumentando.

Deputado Carlos Pimenta, esta semana chegou a esta Casa a Lei Orçamentária para o ano de 2018. Pasmem os senhores! No ano passado, a dívida, ou seja, o déficit para o ano de 2017 era de R\$8.000.000.000,00. Para 2018, serão R\$8.200.000.000,00. O governo está sendo otimista, pois disse que arrecadará com os fundos imobiliários, que foi a maior inovação que já vimos aqui. A oposição foi contrária a esses fundos, e explicamos por várias vezes o motivo. O governo pensa que arrecadará R\$4.000.000.000,00 com os fundos – R\$4.400.000.000,00 para ser exato. Os imóveis do Estado estarão supervalorizados em mais de 500%. É o que falei: o governo está considerando um valor de R\$4.000.000.000,00, porque é o que acredita que os imóveis valham. Não há perícia nem nada, mas o governo pensa que valem R\$4.400.000.000,00 os imóveis que ele colocou à venda. Agora está tão otimista para gastar esses R\$4.400.000.000,00 – aliás, pensei que esse dinheiro era para pagar o 13º salário dos servidores públicos – que sequer encaminhou o pedido à CVM para instituir e criar os fundos. Vejam os senhores a irresponsabilidade deste governo.

Deputado Carlos Pimenta, o governo está tão otimista que diz que haverá um crescimento da receita do Estado, por meio dos impostos, de 11%, e que o Brasil e as indústrias de Minas estão produzindo demais. Mas o número é totalmente diferente do que o governo federal e os institutos econômicos do nosso país têm apresentado. O crescimento em Minas será diferente. Vejam os senhores que a receita vai crescer, e o déficit também. Sabem por que aumenta? Porque tem lá a companheirada do PT toda, a turma que fica mamando no poder e pegando o dinheirinho do cidadão. A despesa com o pessoal só está crescendo – não diminui mesmo. Só com o Poder Executivo ela crescerá quase 6%. Sabem o que acontecerá, meus amigos? O governo vai ultrapassar, mais uma vez, o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal com despesa de pessoal. Além disso, vai bater em mais de 54% da receita total. Este é o governo irresponsável. O que me deixa mais chateado, deputado Carlos Pimenta é que, no orçamento, o próprio governo do Estado reconhece que cairão os investimentos em hospital, segurança pública, estrada e escola. Neste ano, o governo investirá apenas R\$1.000.000.000,00. Falei errado. Para ser exato, R\$3.000.000.000,00. Só na saúde, ele deve R\$2.000.000.000,00. Então, sobrarão R\$1.000.000.000,00 para fazer tudo o que precisa ser feito. É uma vergonha, gente. O governo não faz os cortes necessários e, como eu já disse, ainda lançará programa de asfalto? Isso é balela. A caravana do blá-blá-blá está rodando todo o Estado de Minas Gerais.

Fiz um requerimento, por meio da lei de informação, porque quero saber quanto o governo gasta com cada caravana do blá-blá-blá. Dizem que foram outro dia a Itamarandiba. O governo está tão desinformado que o governador autorizou a licitação para contratar o projeto da estrada.

O governo passado já licitou o projeto, está prontinho, é só fazer a obra. Mas, para iludir o povo, dizem que está autorizado. E aí caneta, foto, e os puxa-sacos batem palmas: “Nossa, este governo!” Este governo, gente, é irresponsável demais.

Vou trazer outro dado alarmante para os senhores e para as senhoras. Ano passado, que era ano eleitoral, o governo do Estado celebrou convênios para obras com 266 municípios. O valor total desses convênios chegou a R\$218.000.000,00. Os senhores sabem, Sras. e Srs. Deputados, público que nos acompanha, quanto o governo pagou desses R\$218.000.000,00? Zero. Iludiu 266 municípios mineiros. Deve ser a turma que gosta de mamar que disse: “Este prefeito é meu, precisamos da reeleição dele”, e por aí afora. Escolheram 266, vou assim dizer, coitados, quase que palhaços. Porque o prefeito vem, tem despesa, sai do seu município, vem aqui, assina convênio, tira foto com deputado do lado, põe na rede social; e o povo agora está cobrando a obra na cidade, e o governo não pagou nenhum centavo. Esse é o governo que o povo de Minas escolheu. Um governo maravilhoso, que falou, durante a campanha, que pagaria o piso nacional. Onde está o piso, governador? O senhor não está pagando o salário em dia, governador. Antigamente o servidor se programava. Ontem ouvi de um prefeito, que até vota num deputado que é da base aliada do governador, que ele não consegue fazer o planejamento na sua prefeitura, porque os repasses que são obrigatórios não chegam nas datas obrigatórias. O governo não repassa o dinheiro da saúde. Aí ele tem que tirar o dinheiro da população, de algum outro investimento, para colocar na saúde, porque a saúde não para.

Espero que, agora que ocorreu essa tragédia em Janaúba, a imprensa do nosso estado aqui presente possa dar publicidade – o governador não deve saber, porque é tanto puxa-saco em volta dele, que não deixam as verdades chegarem para ele – que o Hospital João XXIII, que é referência no nosso Estado, não tem sequer água quente. Coitadas das crianças que estão vindo de helicóptero para Belo Horizonte, para serem tratadas, e não terão lá o tratamento adequado. Se o governo estivesse fazendo os investimentos como devem ser feitos, possivelmente não seria nem necessário que as crianças aqui viessem.

Então termino, presidente, dizendo: “Governador, chega, desce do palanque e vai governar”.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha nas galerias e pela TV Assembleia. Quero também, da mesma forma, deputado Gustavo Corrêa e deputado Carlos Pimenta, lamentar profundamente essa tragédia que aconteceu na cidade de Janaúba. E quero aqui, deputado Carlos Pimenta, corroborar as falas de V. Exas.

Fiz uma reunião em Janaúba há cerca de dois, três meses, e a principal reivindicação do vice-prefeito, Sgt. Elton, que lá esteve, de secretários e de dois representantes de hospitais filantrópicos foi na verdade um apelo, deputado Carlos Pimenta. Pediram pelo amor de Deus que arrumássemos recursos para a área de saúde de Janaúba. Portanto, o abandono de que V. Exa. falou aqui é a mais absoluta verdade.

Recebi um conjunto de informações que deixa qualquer mineiro estarrecido. Enquanto está faltando água quente para os doentes no João XXIII, essas crianças tiveram de ser removidas de Janaúba para vir para cá, para o João XXIII, exatamente o lugar que a Comissão de Saúde, presidida por V. Exa., visitou e de onde trouxe a denúncia antecipada dos fatos, falando da precariedade do hospital, da grandeza e referência que ele já foi na América do Sul e no Brasil, o que nós constatamos. Agora, o senhor governador, deputado Gustavo Corrêa, não consegue ir do Mangabeiras para a Cidade Administrativa sem que seja de helicóptero. O governador não consegue ir da Cidade Administrativa para a Toca da Raposa, onde ele foi ver o treino do jogo de futebol... São 13,2km. Qualquer cidadão que estiver nos acompanhando, neste momento, pode entrar no Google Maps e colocar Toca da Raposa e Cidade Administrativa. São 13,2km, e ele foi de helicóptero. Para buscar o filho dele em Escarpas do Lago, ele foi de helicóptero. Aí,

deputados Gustavo Corrêa e André Quintão, líder do governo, quando a gente pede informações sobre os voos de Pimentel: “Não pode, é segurança do governador. O decreto permite manter em sigilo”. Mas os voos foram realizados. “Não pode.” Segurança de quê, se os voos já foram realizados?

Então, ontem, deputado Gustavo Corrêa, em nome do Bloco Verdade e Coerência, impetramos mais um mandado de segurança. Porque o que este governador está usando de helicóptero, torrando o dinheiro público, suado dos pagadores de impostos... Não faz o mínimo de economia com os cargos comissionados, com as secretarias que criou. Enquanto isso, o povo está morrendo nos hospitais, porque não ele repassa o dinheiro filantrópico.

Agora, deputado Gustavo Corrêa, um soldado me mandou uma mensagem no grupo de WhatsApp: “Deputado, o senhor tomou conhecimento disto? Olhe para o senhor ver a nota do Instituto de Previdência dos Servidores Militares”. Isto aqui, deputado André Quintão, é um arraso, é uma lástima. Saber que o governador criou seis secretarias, inclusive uma delas para o ex-deputado Nilmário Miranda, do PT, para não ficar desempregado, com milhares de cargos comissionados. Mas falta dinheiro, deputado Carlos Pimenta. Olhe a nota do IPSM. V. Exa. tem razão, é a área da saúde dos policiais e dos bombeiros militares. É a retaguarda da família policial e do bombeiro militar.

Quero aqui elogiar o Cel. Cassavari. Este, sim, não se curvou, este não se alinhou ideologicamente a este governo do PT. Este não. Este tem coragem. Olhe o que ele escreveu:

(– Lê:): “IPSM. Comunicado. Pagamento aos credenciados. As dificuldades financeiras do Estado têm inviabilizado o pagamento em dia dos profissionais e instituições de saúde que compõem a rede credenciada do IPSM. E, apesar do esforço da diretoria em reverter esse quadro, ainda não obtivemos êxito.

Reconhecemos a importante participação de nossos credenciados para o funcionamento e manutenção do sistema de saúde do IPSM-PMMG-CBMMG e sabemos o quanto essa situação penaliza as atividades desempenhadas. Por isso, temos envidado esforços contínuos junto ao Tesouro Estadual de Minas Gerais, na busca de recursos financeiros para a quitação das faturas de prestação de serviços de assistência à saúde que estão em aberto”.

Abro um parêntese aqui para dizer que a equipe de viagem do meu gabinete visitou agora Congonhas, Carandaí, Santos Dumont, Bicas, Além Paraíba, Leopoldina, Cataguases e Ubá. Em todas essas cidades, os policiais e bombeiros militares reclamaram do corte no número de médicos, dentistas e clínicas conveniadas. Na cidade de Além Paraíba, o sargento responsável por essa área disse: “Deputado, há quatro meses não pagam aos credenciados”. A família policial e do bombeiro militar começa a entrar em desespero, porque falta médico e dentista. Estão cortando os convênios, porque o governo não paga.

Continua a nota: (– Lê:): “Os 106 anos de existência da Previdência Policial e Militar, que deveriam estar sendo comemorados com júbilo e alegria, nos remetem a sérias reflexões. É evidente que a conjuntura aflitiva do Estado não é uma situação exclusiva de Minas Gerais, mas não vamos poupar esforços para honrar os nossos compromissos e fortalecer a instituição, que é peça fundamental na preservação da grandeza e do elevado moral dos militares mineiros. Esta autarquia continuará se esforçando diuturnamente para restabelecer a confiança dos credenciados e preservar a qualidade de vida de uma categoria que dá exemplos diários de abnegação a serviço da sociedade do Estado de Minas Gerais. Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais”.

Uma vergonha. Dinheiro para passear de helicóptero, para sair de casa, aqui do Palácio das Mangabeiras à Cidade Administrativa, todos os dias, quando vai trabalhar, e vice-versa, tem dinheiro. Para criar seis secretarias e centenas de cargos comissionados para a companheirada do PT tem dinheiro. Para colocar R\$100.000.000,00 do orçamento, deputado Antonio Carlos Arantes, na propaganda oficial – nós, do bloco de oposição, deputado Gustavo Corrêa, votamos contra –, R\$100.000.000,00 em 2016, R\$100.000.000,00 em 2017, para dizer que a saúde está bonita e que a segurança está bonita eles têm dinheiro, mas a realidade é

outra. A realidade é outra. Estamos dirigindo esta palavra aos nossos cidadãos. Olha, o que o governo de Fernando Pimentel vem fazendo é uma lástima.

Deputado André Quintão, reconheço que, do ponto de vista da economia brasileira, há, sim, uma situação difícil. E, se há essa situação na economia brasileira, há também em Minas Gerais. Mas, quando há uma economia ruim, o poder público, deputado Arantes, é o primeiro a dar exemplo. Não é torrando dinheiro passeando de helicóptero, não é torrando dinheiro, deputado Gustavo Corrêa, com a farra dos fóruns regionais, onde vai toda a companheirada, secretário de Estado, comandante da Polícia, comandante dos Bombeiros, secretário adjunto, secretária, assessor, motorista. Aí gastam com combustível, diárias, alimentação, transporte de avião e de helicóptero para a companheirada ir lá, como foi hoje, dia 5, na cidade de Aimorés. Torram o dinheiro público para dizer que estão ouvindo as pessoas, para identificar os problemas. No terceiro ano de governo, deputado Antonio Carlos Arantes, identificar as falhas? Os fóruns regionais foram criados – e faço aqui uma crítica a nossa Casa – para subtrair a competência das comissões temáticas desta Casa e torrar o dinheiro público.

Recebi um *e-mail* da cidade de Itamarandiba, deputado. Vieram aqui, fizeram uma farra enorme, gastaram mundos e fundos e não resolveram nada, deputado Gustavo Corrêa. Daqui a pouco, estarão em Varginha, e não resolverão nada. Estão torrando o dinheiro público nos fóruns regionais. Ouvir para governar! Disse o presidente do Sindpol, Denilson Martins, que apoiou veementemente este governo, numa entrevista da Itatiaia, deputado Gustavo Corrêa, que o governo é burro e incompetente, mas não concordo com o presidente do Sindpol. Ele não é burro e incompetente, não. É um governo competentíssimo para gastar mal e torrar o dinheiro público para satisfazer interesses pessoais e da companheirada do PT. Para isso são muito espertos.

Olhem, se a economia na sua casa está ruim, se as contas na sua casa estão no vermelho, quais as providências a serem tomadas? Você chama os filhos e fala: “Estamos no vermelho. O salário, a receita que entra do salário da esposa e do marido é esse, os gastos são esses. Então vamos cortar isso, isso e isso, do mais supérfluo ao mais necessário”. Cortou-se ali, ajustaram-se as despesas e, aí, sim. Depois que você paga as dívidas, começa a retomar a normalidade daqueles gastos mais supérfluos.

Mas o que foi a primeira coisa que o governo do PT fez, quando assumiu o governo? Olha, deputados André Quintão, Durval Ângelo, Rogério Correia e todos os líderes do PT e do PMDB desta Casa, ele repetia a mentira mil vezes, até ela virar verdade, dizendo que pegamos o Estado com déficit de R\$7.000.000.000,00. Mentira, mentira, e afirmo que é mentira. Por que é mentira deslavada? Porque se estivesse devendo, não teria criado seis secretarias, não teria inchado a máquina pública de cargos comissionados. Todos nós sabemos disso.

Todos nós sabemos como está a Cemig. O andar da Cemig, Arantes, vai cair de tantos companheiros do PT, com cargos de R\$5.000,00, R\$10.000,00 e R\$20.000,00. Está tudo lá. Vieram de onde? De Brasília, quando a Dilma foi cassada, de Tarso Genro, quando perdeu a eleição no Rio Grande do Sul, do Haddad, em São Paulo, quando perdeu também. Pararam tudo aqui na Cidade Administrativa.

E aí, a saúde está um caos. Na educação, o governo não repassa o dinheiro do transporte escolar e da merenda escolar para crianças pobres. Além disso, não repassa o ICMS para os municípios. Está dando calote, mas não faltam R\$100.000.000,00 para propaganda oficial, não faltam cargos comissionados, aos milhares, para abrigar os companheiros do PT. Não faltam. E aqui, agora, não tem dinheiro, não se está repassando dinheiro para as clínicas conveniadas, para os médicos e para os dentistas da rede credenciada do IPSM, o Instituto de Previdência dos Servidores Militares.

Mas, aí, existe uma dupla de coronéis da PM, que são os bam-bam-bans, Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da PM, e um tal de André Leão, que criou um título de subcomandante-geral. Pomposo. Onde estão os dois coronéis com isso aqui? Onde está o comandante-geral da PM e o chefe do Estado-Maior? Por que não cobram do governador? Vão esperar a tropa morrer à míngua, sem médico e sem dentista? Vão esperar, para vocês apertarem o governador ou vão continuar na cadeira, com ar-condicionado, com cafezinho e com o Sr. André Leão indo para o Texas, com R\$13.000,00 de diária? Enquanto isso, a tropa está

sofrendo, com colete vencido, com munição vencida, com armamento obsoleto e viaturas em péssimo estado, e, agora, sem a retaguarda da saúde. Quem disse isso aqui foi o diretor-geral do IPSM, o Cel. PM Cassavari. O governo não repassa os recursos, enquanto isso, o Cel. Helbert Figueiró de Lourdes e o Sr. André Leão estão só no ar-condicionado, numa boa, com R\$40.000,00 de salário, porque recebem abono permanência, e a tropa está sofrendo aos extremos, sob o comando do governo do PT. É um absurdo. É uma vergonha que os chefes de polícia, o comandante-geral da PM, o chefe do Estado-Maior estejam de braços cruzados no ar-condicionado. Se acharem que eu cruzaria os braços e não cobraria dos senhores, estão enganados. Primeiramente, é dever do comandante-geral da PM e do chefe do Estado-Maior apertar esse governo e exigir o repasse do dinheiro. Fazenda pública não é do governador.

Agradeço a V. Exa., deputado Antonio Carlos Arantes.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, inicialmente, presto nossa solidariedade e externo todo o nosso sofrimento e dor em relação a essa tragédia terrível ocorrida no Município de Janaúba, Norte de Minas. Solidarizamo-nos com as famílias que perderam seus entes queridos. Vamos rezar, orar, torcer pela recuperação daqueles que estão hospitalizados. Segundo suas atribuições e responsabilidades, o governo prestou todo o apoio e o atendimento possível na região e em Belo Horizonte, inclusive com a presença de suas equipes e do próprio governador. Mas nós sabemos que nada supera a dor da perda, da morte trágica e precoce. Não apenas em meu nome, mas no nome da bancada do PT e do Bloco Minas Melhor, composto por 7 partidos e 33 deputados e deputadas, queremos externar toda a nossa solidariedade às famílias e ao povo de Janaúba.

Aproveito este espaço da tribuna para informar, com respeito e alegria, ao deputado Sargento Rodrigues, que, assim como eu, é votado em Itamarandiba, que entre algumas ações importantes resultantes dos fóruns regionais, questões mais pontuais ao município, nós teremos agora a tão reivindicada iluminação do campo de futebol do Distrito de Contrato e também a destinação de R\$100.000,00 para a reconhecida e importante entidade chamada Mali Martin, que acolhe crianças e adolescentes no horário extraescolar, desenvolvendo trabalhos de qualificação profissional. Durante o próprio fórum algumas medidas foram anunciadas, como obras da Copasa no Município de Coluna, que fica ali próximo, e projetos executivos de ligação asfáltica importantes. Sou um defensor dos fóruns regionais e considero que a combinação da democracia representativa com a democracia participativa seja um caminho muito adequado para o equacionamento de demandas e problemas colocados pela população, principalmente em face das dificuldades financeiras. É melhor escolher coletivamente do que isoladamente. Estamos colocando fim ao governo do carpete, do ar-condicionado, do grande palácio da Cidade Administrativa e fazendo um governo da proximidade, escutando o cidadão e as lideranças.

Tenho insistido – talvez os deputados saibam, mas faz parte da disputa política – que o evento regional é muito importante, conta com a presença do governador. Aliás, lá em Itamarandiba foi relatado que havia 30 anos que um governador não colocava o pé no município. Então, antes mesmo de começar, a cidade já estava feliz. Itamarandiba, uma cidade importantíssima do Alto Jequitinhonha, não recebia a visita de um governador há 30 anos.

Estive à frente da secretaria por um período de um ano e meio e visitei muitos municípios. Havia diretorias regionais que reclamavam que o governo não ia, que o secretário não se fazia presente. Assim, acho muito importante esse governo próximo da população, dos prefeitos, dos vereadores e com entrega. Estivemos, no Município de Araçuaí, no 1º Fórum Regional. A maior demanda apresentada, que já estava no programa Caminhos de Minas, do governo anterior, estava adormecida: o asfaltamento do trecho que liga Ijicatu, em José Gonçalves de Minas, até Virgem da Lapa. O asfalto já está sendo colocado. Imagine que foi dentro do próprio mandato. Não ficamos 12 anos para atender a uma demanda do Vale do Jequitinhonha. Já está em obras. Temos também a conclusão de obras inacabadas, como a Rodovia dos Cristais, da querida Cordisburgo, que, em breve, será visitada pelo ex-presidente

Lula, na Caravana da Cidadania. Estará lá em Cordisburgo. Vai poder passar pela Rodovia dos Cristais, descendo de Diamantina, passando por Curvelo e chegando a Cordisburgo. Era uma obra inacabada. A conclusão também é resultado dos fóruns regionais. Há, ainda, os cursos de qualificação profissional da Sedese, que foram reivindicados pela população nos fóruns regionais.

Então, cada região tem as suas intervenções priorizadas. É lógico que, diante da crise fiscal, dessa herança, desse déficit herdado, tudo fica mais difícil. Isso é verdade. Não é uma ilusão. A própria Assembleia teve de rever o orçamento em 2015, no início do ano. Teve de votar novamente, refazer as contas. Há um déficit crônico herdado, inclusive agravado pelo desgoverno Temer, que é o governo do desemprego, dos cortes orçamentários.

Telespectadores, não estou errando os números. O orçamento 2018 para a assistência social de todo o Brasil do governo Temer é de R\$78.000.000,00, o mesmo da Prefeitura de Belo Horizonte, metade do orçamento do governo do Estado para essa área. Estão dando um tiro no coração do Sistema Único da Assistência Social. Exatamente no momento em que o Brasil mais precisa, em que os pobres mais precisam, em que a fome está voltando, vão cortar 11% do programa Bolsa Família. Serão 100 mil famílias prejudicadas só no Estado de Minas Gerais. Na verdade, prejudicará 400 mil pessoas.

Esses assuntos têm de ser retratados aqui, pois impactam Minas Gerais. Se a economia do Brasil não se recupera, isso impacta as receitas estaduais. Sabemos, pela lógica econômica de commodities, que Minas tem essa anomalia crônica, porque é refém de commodities sem agregação de valor, principalmente minério e café. Quando o Brasil vai bem, Minas vai um pouco melhor; quando o Brasil vai mal, como está, aliás vai péssimo, a arrecadação e a economia aqui têm mais dificuldades por esse fator estrutural da economia mineira. Aliás, o governador Fernando Pimentel está de parabéns, pois são várias as iniciativas no campo da diversificação econômica, inclusive com o fortalecimento da agricultura familiar com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, uma secretaria com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, assim como foi com a Secretaria de Direitos Humanos, Participação e Cidadania, criada para promover a inclusão social.

Aliás, estaremos daqui a alguns minutos discutindo com essa secretaria a situação da população de rua em Minas Gerais, o envolvimento da Assembleia, em um fórum técnico sobre as políticas direcionadas ao povo da rua. É ação social, é ação de desenvolvimento agrário. Não são palácios construídos. Talvez a iluminação de um campo em um distrito, talvez o apoio a uma entidade social, talvez isso seja desconsiderado como entrega governamental. Para nós, não; priorizamos os pobres, priorizamos as localidades mais distantes. Talvez um asfaltamento do Vale do Jequitinhonha conte pouco, às vezes a Cidade Administrativa, aquele prédio de R\$2.000.000.000,00 conte mais; para nós, não. Nós invertemos as prioridades.

Quero agradecer a gentileza e a complacência do deputado Antônio Carlos. Muito Obrigado.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 16/10/2017, o Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de outubro de 2017, o servidor William de Gouvêa Norton, CPF nº 455.498.696/91, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-67, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 22.519, de 23/6/2017, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 16 de outubro de 2017, o servidor Mário Lúcio da Silva, CPF nº 277.989.096/72, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-45, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Pregão Eletrônico nº 74/2017**

#### **Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 133/2017**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/11/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa para publicação de avisos de licitação em jornal diário.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de outubro de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 115/2017**

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Município de Gouveia. Objeto: doação de bens móveis declarados antieconômicos. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 132/2017**

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Associação de Proteção à Infância e de Assistência Social de Santa Luzia. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### **TERMO DE CONTRATO Nº 133/2017**

Contratante (doadora): Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado (donatário): Conselho Municipal de Entidades de Ação Comunitária de São Francisco. Objeto: doação de bens inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, de acordo com o art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

#### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 21/2017**

Convenientes: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Estado de Minas Gerais, por intermédio das Secretarias de Estado de Governo, de Turismo e de Saúde. Objeto: estabelecer condições de cooperação técnica entre as partes, com vistas à

integração e interlocução entre os Poderes Legislativo e Executivo estaduais acerca da formulação e implementação de projetos e programas no âmbito das políticas públicas e das atividades político-parlamentares correlatas. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 7/3/2017 a 6/3/2018.

**ERRATAS****ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/10/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/10/2016, na pág. 18, sob o título “Requerimentos Ordinários”, acrescente-se, após o resumo do Requerimento Ordinário nº 3.069 e após o resumo do Requerimento Ordinário nº 3.070/2017, o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 12/10/2017, na pág. 36, onde se lê:

“nomeando Maria Eliza Hardy Ferreira Alves”, leia-se:

“nomeando Maria Elisa Hardy Ferreira Alves”.

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/9/2017, na pág. 18, onde se lê:

“Antônio Carlos de Almeida”, leia-se:

“Antônio Carlos de Almeida Ruas”.